



Trajetória do desenvolvimento territorial **no sul da Bahia e** implicações **para uma agenda de** sustentabilidade e inclusão

Coordenação geral do projeto

Instituto Arapyaú

Lívia Pagotto - Diretora Institucional

Ricardo Gomes - Diretor Programático

Giordano Magri - Coordenador de Conhecimento

Marina Zavanella - Coordenadora de Projetos

Rafaela Mendes - Analista de Conhecimento

Pesquisa:

CEBRAP

Ariane Favareto - Doutora em Ciências Sociais, Gênero e Desenvolvimento Rural - UFRRJ

Arilson Favareto - Sociólogo Professor Titular da Cátedra Josué de Castro - USP

Carolina Galvanese - Doutora em Planejamento e Gestão do Território - UFABC

Suzana Kleeb - Doutora e Mestre em Planejamento e Gestão do Território - UFABC

Projeto Gráfico

Phillipe Cedro

Artes da capa

Goca Moreno

A leitura deste relatório é acompanhada por obras do artista baiano **Goca Moreno**. Desde 1980, é conhecido por suas esculturas, pinturas e gravuras com foco em elementos da natureza e em aspectos da cultura brasileira, em especial do Sul da Bahia. Ele tem um ateliê em Ilhéus, onde trabalha com materiais diversos, como madeira e pedra, criando peças com forte apelo visual e simbólico. Sua obra traz uma conexão profunda com temas ambientais e regionais.



SUMÁRIO

Introdução	5
------------	----------

As Etapas do Desenvolvimento Territorial	9
--	----------

Indicadores socioeconômicos, vetores de transformação e a etapa atual do desenvolvimento territorial	23
--	-----------

Síntese da trajetória do território Costa do Cacau, Bahia	45
---	-----------

Referências Bibliográficas	49
----------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

As perspectivas de futuro de qualquer território precisam ser pensadas como uma tentativa de alterar uma trajetória de longo prazo. Ao longo do tempo, foram se sedimentando processos sociais e econômicos que moldaram a configuração atual de cada lugar.

O objetivo destas páginas é reconstituir essa trajetória, tomando o Sul da Bahia como objeto. Busca-se identificar os elementos centrais que traduzem as estruturas herdadas dessa história de longa duração e, a partir disso, compreender os desafios que se projetam para as próximas décadas.

Trata-se, em suma, de refletir sobre o que será necessário para que esse território experimente um novo ciclo — mais sustentável e inclusivo — diferente do que foi vivido até aqui. Essa transformação exigirá um esforço significativo para remover bloqueios e condicionantes formados há muito tempo. O primeiro passo é reconhecê-los e compreender os mecanismos de sua reprodução — mecanismos que, para abrir novos caminhos, precisam ser finalmente desarmados.

Para tanto, o texto propõe uma periodização de longo prazo da trajetória do território. Essa abordagem se desdobra em dois movimentos analíticos e descritivos:

- (i)** um movimento diacrônico, voltado a compreender como o território se organizou desde seus tempos primordiais até a virada do século XXI; e
- (ii)** um movimento sincrônico, dedicado a uma análise mais aprofundada do momento atual, reunindo informações e dados que permitam destacar aspectos cruciais da realidade contemporânea do Sul da Bahia.

Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração deste material basearam-se em uma ampla revisão bibliográfica, voltada a reconstituir as principais etapas da história local. Foram consultadas as principais bases de artigos, teses e dissertações — Capes, Google Scholar e Scielo —, resultando na apresentação esquemática dessa trajetória em seis momentos históricos, que diferem entre si, em seu contexto, se combinam cinco elementos-chave:

1. Formas de acesso e uso dos recursos naturais;
2. Características da estrutura produtiva;
3. Relação com mercados dinâmicos;
4. Vínculo com centros urbanos e cidades-polo, dos quais as populações locais dependem para o acesso a infraestruturas e serviços;
5. Políticas públicas incidentes sobre o território, capazes de alterar — ou não — todos os demais aspectos anteriores.

Estes elementos representam as variáveis chave em processos de desenvolvimento territorial, tal como apontado pela literatura (Berdegú, et al., 2015).

A primeira seção se concentra na análise diacrônica, apresentando a periodização e as heranças da trajetória do território legadas como desafios ao tempo presente. A seção seguinte, dedicada à análise sincrônica, busca demonstrar como a configuração atual daqueles cinco elementos chave da trajetória do território sustentam o desempenho de um conjunto de indicadores cobrindo as dimensões ambiental, econômica, social e algumas capacidades institucionais locais.

Em síntese, a situação atual do território é caracterizada por certa superação da estagnação que marcou a etapa anterior. Nela despontam, de um lado, manutenção da cacauicultura com produção

de cacau commodity e presença da indústria moageira multinacional. De outro lado, há o fortalecimento de diferentes enclaves:

- a. de produção de cacau fino, premium e orgânico (5% da produção) com revalorização do sistema cabruca e implementação de sistemas agroflorestais diversificados;
- b. de experiências impulsionadas por microcrédito a partir de fundo para pequenos agricultores, cooperativas e assentamentos;
- c. presença de atividades turísticas por empreendimentos comerciais ou migração de populações originárias de fora do território. Isso tem favorecido um estilo de consumo mais elitizado, valorização imobiliária e os decorrentes impactos para o custo de vida local, aprofundando segregação e gerando gentrificação em Itacaré e Serra Grande (Uruçuca).

Menos conhecido é o impacto futuro do porto, mas há pouca chance de que isso altere esse panorama de convivência de atividades tradicionais e enclaves de dinamismo.

A manifestação dessa trajetória em indicadores sociais, econômicos e ambientais revela uma evolução positiva na última década, mas lenta e insuficiente para alterar a condição em que se encontra o território, numa posição inferior à média do conjunto do país (vide conjunto de mapas em anexo) em praticamente todos os indicadores.

A única dimensão em que há indicadores superiores à média é a ambiental, mas mesmo nela há um ritmo acelerado de depleção da cobertura florestal que requer atenção. Há diferenças entre os municípios em parte dos indicadores, sobretudo aqueles beneficiados pelas atividades dinâmicas mencionadas anteriormente que mereceriam exame mais detido.

O estilo que emerge dessa trajetória e do retrato obtido com os dados é caracterizado pela literatura como típico de uma economia de enclaves, com diferenciação interna crescente, ampliação de desigualdades, no qual convivem lado a lado ilhas com alguma prosperidade, cercadas por persistentes problemas sociais. Isso pode levar a tensões entre segmentos da população, riscos de situações de esgarçamento do tecido social, questionamentos quanto à legitimidade do estilo de organização social e econômica do território ou dos empreendimentos ali realizados.

Três temas sensíveis emergem para se lidar com as tendências projetadas:



O caráter de nicho dos vetores de dinamização econômica recentes (cacau fino, turismo e novas moradias, porto);



A fragilidade do poder público para fazer frente às tendências em curso;



A ausência de governança territorial, o que se traduz em ausência efetiva de articulação intermunicipal ou mesmo de uma visão compartilhada sobre os problemas e sobre um horizonte desejado de futuro que não seja apenas inercial ou de mitigação dos problemas históricos locais.



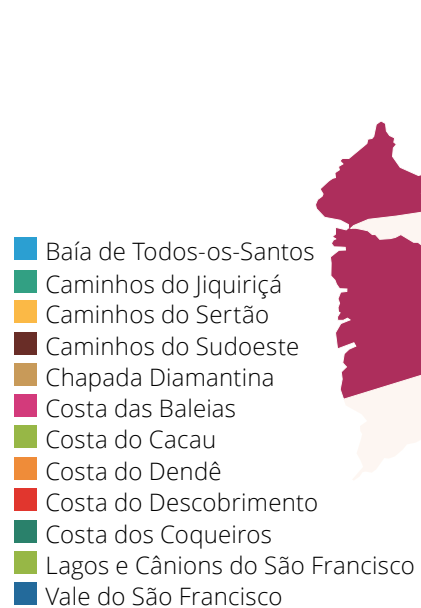
Goca Moreno

AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O território de estudo é composto por parte dos municípios do Território de Identidade Litoral Sul – Bahia¹, que compõem a região denominada Costa do Cacau: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Itabuna, Una e Canavieiras. Esta denominação foi cunhada junto à Secretaria de Turismo do Governo da Bahia, que identificou diversos destinos turísticos no estado. Veja-se esta divisão na figura 1 e circulado em preto a região delimitada por Costa do Cacau e na figura 2 a área que representa os municípios que compõem a região de estudo.

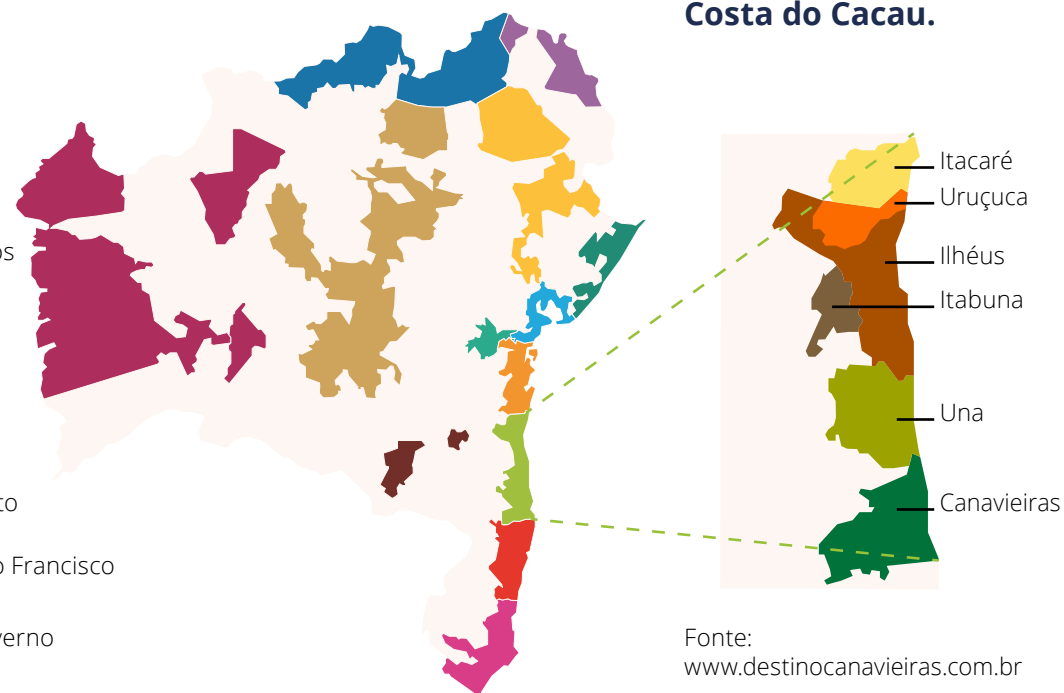
1. Esta territorialização cunhada pelo governo do Estado da Bahia apresenta 26 municípios no Território de Identidade Litoral Sul: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Figura 1.
Mapa das Zonas turísticas da Bahia.



Fonte (editada): Setur, Governo do Estado da Bahia.

Figura 2. **Mapa com municípios que compõem a Costa do Cacau.**



A área de estudo se localiza ao sul de Salvador junto ao litoral, com exceção de Itabuna, e a denominação Costa do Cacau se reporta ao cacaueiro cujos frutos fundamentam a atividade econômica ainda em curso na região, e cuja origem é a Floresta Amazônica. O plantio de cacau foi introduzido em 1746 com primeiras sementes cultivadas entre Ilhéus e Canavieiras. Diante de condições climáticas semelhantes e ao sombreamento necessário oferecido pelas copas de árvores da Mata Atlântica aclimatou-se perfeitamente à região do sul da Bahia e sua presença marcou simbolicamente esse território ao longo do tempo.

O primeiro período, de 1534 a 1850, abrangeu o momento da criação da capitania de Ilhéus, até o início da produção cacaueira em bases mercantis.

Havia alguma diversificação econômica centrada na produção de cana de açúcar associada ao ciclo açucareiro brasileiro, pequena produção de café e algodão, sendo estes três produtos voltados ao mercado internacional. Também era presente a exploração madeireira para construção naval em Salvador e produção de subsistência de alguns produtos, especialmente mandioca para produção de farinha. Tratando-se especificamente sobre o cacau, desde 1746 a produção era baixa e esparsa entre Ilhéus e Canavieiras, com pouco desmatamento da Mata Atlântica e a estrutura social muito simplificada, com destaque para sesmeiros e fazendeiros absenteístas que dominavam política e economicamente a região. A força de trabalho estava centrada em indígenas aldeados que atuavam na produção agrícola por empreita, além de alguns escravos utilizados preponderantemente na lavoura de produtos para o mercado internacional (Aguiar e Pires, 2019; Baiardi e Teixeira, 2010). Os núcleos urbanos eram precários e o comércio era realiza-

do diretamente com Salvador. Para exercer controle sobre produtos de interesse mercantil o governo português criou a Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia (1751), visando o incentivo à agricultura e controle de açúcar, tabaco, cacau, café e algodão.



Capitania dos Ilhéus, 1627 - João Teixeira de Albernaz

O segundo período, de 1851 a 1931, envolveu a consolidação da produção cacaueira, seguindo o modelo agroexportador.

Configurou-se na monocultura, com concentração de terras em grandes fazendas, em um processo de interiorização da ocupação do território. A produção tinha baixa produtividade diante da pouca tecnologia envolvida (Noia et al., 2015). Na crise de 1929 conso-

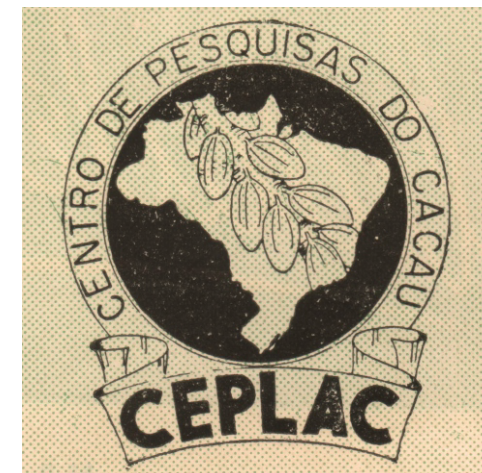
lidou-se a primeira grande Intervenção estatal sobre a cacauicultura, a partir da pressão da elite cacauera frente à necessidade de regularização da atividade especulativa comercial (Chiapetti, 2009), conformando-se na criação, em 1931, do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) que visava apoio aos grandes cacauicultores com provisão de crédito de longo prazo e juros subsidiados, normas para garantia de preços contra especulação do comércio exportador (Chiapetti, 2009; Noia et al., 2015). Ilhéus e Itabuna se fortaleceram como centros irradiadores de produção e comercialização de amêndoas com a construção da Estrada de Ferro Ilhéus-Itabuna (1911) que conectava as principais fazendas ao núcleo urbano de Ilhéus e à modernização do porto, inaugurado em 1920 (Chiapetti, 2009; Santos, 2016).



Estação de Ilhéus, por volta de 1958. À direita, o porto.
(Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume VI, 1958).

O terceiro período, de 1932 a 1957, implicou em grave crise durante a Segunda Guerra Mundial com retração do consumo internacional e posterior expansão da produção africana, o

que gerou forte concorrência ao cacau baiano (Chiapetti, 2009; Falcón, 1983). O resultado se exprimiu na desorganização da economia e pressão dos cacauicultores sobre o governo e em nova intervenção estatal, que formulou o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauera (1957), com a criação da Ceplac – Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacauera (Chiapetti, 2009; Noia et al., 2015). Apesar de alguma modernização tecnológica esta era focalizada na manutenção das relações com o mercado internacional, o que não garantiu extravasar ganhos para o desenvolvimento do território que continuava empobrecido. Esta conformação serviu mais uma vez como demonstração de poder da elite cacauera no comando das políticas públicas do setor (Chiapetti, 2009) e o desinteresse pelo território em si. Uma novidade foi a ampliação do papel dos núcleos urbanos que fortaleceram o comércio local e instalação de profissionais da área de serviços.



Fonte: Agrotrópica volume 34 (abril de 2022)

O quarto período, de 1958 a 1988, se associou à modernização conservadora e Revolução Verde em curso no país e que marcou essa região mais uma vez com valorização da produção nas grandes fazendas que tinham condições de coadunar seus interesses econômicos e recursos financeiros com meios de melhoria da produção oportunizados pelo Estado, caso do apri-

moramento do manejo e das mudas de cacau visando maior produtividade, via organismos de assistência tecnológica: Ceplac/Cepec – Centro de pesquisa do cacau. Ao lado de estímulos de produção do cacau cresceu, também, a indústria moageira de amêndoas que inicialmente comportou empresas locais, mas nos anos 1970 a concentração da atividade em grandes empreendimentos multinacionais transformou esta indústria em mais um pilar do mercado internacional. Para garantir o mercado crescente do produto no exterior – tanto a amêndoa como produtos beneficiados – foi preciso ampliar a área portuária, com inauguração em 1971 do porto de Malhado (Santos, 2016). Entretanto, este movimento se associou apenas aos negócios de grandes empresas, ficando pequenos e médios produtores à mercê da entrega de sua mercadoria para atravessadores ou comerciantes locais com preços aquém das necessidades de manutenção e expansão da produção (Aguiar e Pires, 2019; Chiapetti, 2009). Fortalecia-se, assim, o círculo vicioso de endividamento, baixa produtividade e pobreza desses agricultores.

Ao lado deste quadro de desigualdades, crises econômicas no sul da Bahia eram frequentes, especialmente com o crescimento da produção de cacau na África e no Sudeste Asiático desde 1975. Aos poucos o interesse econômico específico e focalizado exclusivamente na produção cacaueira dessa região perdeu espaço no conjunto da produção, o que ficou evidente com o Programa Nacional de Expansão da Cacaucultura, PROCACAU, implantado pelo governo federal em 1971 e que mirava o alargamento de áreas de produção, fomentando plantio de cacau no Pará e Rondônia. (Aguiar e Pires, 2019; Noia et al, 2015). Apesar de algumas iniciativas visando o aprimoramento tecnológico da cacaucultura nos anos 1980, especialmente

entre os anos 1986/87 ocorreu um período de maior produção da cacaucultura baiana, com recordes de produção, alcançando 395 mil toneladas (MAPA, 2019), valor não alcançado até então. Assim, na visão comercial de curto prazo dos grandes produtores que poderiam encabeçar alguma mudança tecnológica, não havia porque estabelecer mudanças diante de tais números superlativos. Ao mesmo tempo, aos pequenos produtores rurais faltava perspectiva em ampliar a produção por meio de projetos governamentais impulsionando a venda de suas propriedades por preços abaixo do mercado, promovendo maior concentração de terras dos grandes cacaucultores e intensa migração rural para áreas periféricas dos centros urbanos, impulsionando a ocupação desordenada e pressionando o valor da terra urbana (Neves, 2018; Chiapetti, 2009). Tal situação aprofundou a segregação socioespacial diante da igual falta de oportunidades nos centros urbanos, o que impulsionou ainda mais a pobreza, os conflitos e a violência nessas localidades.

O início do quinto período, de 1989 a 2002, expressou um ingrediente a mais: a praga da vassoura de bruxa que assolou a região desde 1989, após um período de boa produção.

A falta de preparo e de tecnologia para conter a praga, e o medo dos agricultores em perder sua plantação culminou em maior prejuízo diante do alastramento rápido e sem precedentes dessa doença. Instalou-se



Foto: Scott Bauer, USDA Agricultural Research Service

no território uma crise na realização de negócios com insolvência dos cacauicultores. Além disso, a produção internacional em alta e consequente diminuição de preços no mercado foram definitivas para que muitos fazendeiros deixassem a produção, gerando a derrocada da economia local (Noia et al, 2015; Chiapetti, 2009). As diferentes escalas governamentais demoraram muito para encontrar soluções e apenas em 1995, em uma ação conjunta do governo federal e estadual criou-se o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira e apesar de incluir o acesso ao crédito, este era limitado para investimentos e não para recuperação da praga. Ou seja, o Estado demonstrou-se incapaz de solucionar o problema, especialmente a falência financeira dos produtores (Chiapetti, 2009). O resultado mais visível foi o abandono das fazendas. Parte das terras foram transformadas pela pecuária, cujo resultado foi a diminuição da área de cultivo de



MST na Bahia comemora 35 anos Foto: Coletivo de Comunicação do MST na Bahia (2022)

cacau, desmatamento de porções da Mata Atlântica. Os efeitos econômicos endógenos foram pouco significativos. Outro aspecto da crise foi a dispensa de amplos contingentes de trabalhadores levando ao desemprego boa parcela da população rural. Parte desta se mobilizou em movimentos ligados à terra, caso do Movimento de Luta pela Terra – MLT e o Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, com ocupação de fazendas desativadas e pressão para a criação de assentamentos rurais (Lima e Gomes, 2016). Do movimento foram criados 26 assentamentos nos municípios em estudo, com formalização destes entre 1986 e 2016 (Lima e Gomes, 2016).

Ao lado destas crises, e com vistas de modernização econômica, foi implementado pelo governo da Bahia o programa que visava a interiorização da indústria no estado - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA (1995). Em Itabuna criou-se um parque têxtil e calçadista e em Ilhéus o Polo de Informática e de Eletroeletrônicos. Tais situações resultaram na ampliação do volume de empregos, mas a baixa integração da produção ao mercado e a concorrência de produtos importados não trouxe os resultados aguardados (Noia et al, 2015; Chiapetti, 2009). Em 2001, com vistas a manter as indústrias em Ilhéus foi criado o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus (CEPEDI) uma associação civil sem fins lucrativos, gerenciada pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Esta visou realizar pesquisas, produtos e formação no âmbito da Tecnologia da Informação, mas havia um descompasso crucial: como as empresas locais tinham perfil para montagem e não para desenvolvimento de produtos, o Centro acabou por não conseguir interagir localmente e sim com outras regiões como o Sudeste do país (Chiapetti, 2009).

Em outra frente, em busca de concretizar outro movimento econômico, o do turismo, foi criado em nível federal e estadual o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo (1992) com o objetivo de implementar infraestrutura de suporte para investimentos da iniciativa privada nos negócios do turismo. Neste bojo o governo federal implementou a criação da estrada de rodagem BA 001 (1991) e proporcionou incentivos fiscais para grandes empreendimentos – hotéis, resorts, parques etc. Além destes aspectos, diante da crescente valorização da paisagem cênica entre viajantes e a concentração de fragmentos florestais da Mata Atlântica que apresentavam importante biodiversidade, os governos federal e estadual passaram a investir na criação de um conjunto de parques entre os anos 1993 e 2015².



BA-001 - Rodovia que percorre o litoral da Bahia Foto: Marinelson Almeida

Estes visaram resguardar recursos naturais e paisagísticos, com interesse na proteção ambiental, mas, também, focados no incremento da atividade turística. O resultado imediato foi a implantação de atividades turísticas em Itacaré e ao sul da mancha urbana de Ilhéus, mas sem articulação a um planejamento de médio e longo prazo (Neves, 2018; Oliveira, 2008). Desta condição, a ocupação se organizou sem infraestrutura de saneamento e mobilidade, resultando na ocupação de áreas privilegiadas por loteamentos de luxo, grandes resorts na beira praia ou hotéis cinco e seis estrelas; todos empreendimentos voltados para um público de alta renda. O resultado foi o incremento de pressão imobiliária sobre áreas de ocupação de comunidades indígenas e tradicionais, de pesca artesanal (Jesus, 2021; Silvera, 2020) que ampliaram bolsões de segregação socioespacial, com ampliação dos custos de vida em áreas turísticas, impossibilitando a manutenção dos antigos moradores no local, deslocando-os para periferias urbanas ou outras localidades com custo de vida mais barato, mas sem os atrativos e oportunidades de trabalho a que estavam acostumados até então (Neves, 2018; Oliveira, 2008).

Em seguida é apresentado um Quadro Síntese que dialoga com as etapas da trajetória. Neste quadro é apresentada uma síntese geral e em seguida esta foi seccionada nos cinco elementos chave utilizados para a base de construção da trajetória do território Costa do Cacau.

2. APA Itacaré/Serra Grande e APA Lagoa Encantada e Rio Almada, ambas criadas em 1993 e ampliadas em 2003, Parque Estadual da Serra do Conduru criado em 1997 e ampliado em 2003, Reserva Extrativista (Resex) de Canavieiras criada em 2007, Refúgio de vida silvestre de Una, criada em 2007, Parque Estadual Ponta da Tulha criado em 2015. Também em período anterior foi criada a Reserva Biológica de Una, criada em 1980 (Inema, 2025).

GRANDES ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO SUL DA BAHIA

SÍNTESE GERAL



1534 - 1850

Extrativismo de madeira, produção monocultora de cana de açúcar e plantio disperso de cacau.

Concentração de terras em sesmarias e baixa intervenção estatal com vistas a regular a atividade mercantil.



1851 - 1931

Integração à economia agroexportadora com consolidação da produção cacaueira com dependência da economia local às demandas do mercado internacional, restrito à exportação de amêndoas.

Desmatamento em áreas de cultivo do cacau, próximo a rios que serviram à produção e como sistema de transporte para produção em áreas interioranas.

Diante de crises econômicas, intervenção estatal para regulação da atividade comercial internacional.



1932 - 1957

Desorganização da economia diante de crises de produção, baixa dos preços do cacau durante a Segunda Guerra.

Intervenção estatal com Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira e criação da Ceplac.

Ampliação de áreas desmatadas para cultivo de cacau.



1958 - 1988

Modernização conservadora com fortalecimento da produção para exportação com privilégios para grandes fazendas.

Fomento a indústrias de processamento, com pressão sobre valor de terras e concentração de recursos.

Foco exclusivo no comércio impediu mudanças tecnológicas.

Intervenção estatal com programa de ampliação de produção nacional voltada para o comércio internacional.

Concorrência com países da África e do Sudeste Asiático.

Ampliação da pressão por moradia nos polos urbanos e aumento da desigualdade socioeconômica.



1989 - 2002

Crise de realização de negócios com insolvência dos cacauicultores diante da praga da vassoura de bruxa.

Estímulo à diversificação com programa estatal PROBAHIA (1995) para industrialização de Itabuna e Ilhéus.

Incremento estatal à atividade turística centrada na costa litorânea de forma desordenada (Itacaré).

Criação de unidades de conservação ambiental em áreas de rica biodiversidade.

Presença de novos cacauicultores e movimentos sociais com pressão pela criação de assentamentos.

Atração cada vez mais ampliada de migrantes rurais para áreas da periferia urbana.

Desigualdade socioeconômica e segregação socioespacial em ampliação.



2003 ATÉ ATUALIDADE

Manutenção da cacauicultura com produção de cacau *commodity* e indústria moageira multinacional. Fortalecimento de diversos enclaves:

1. De produção de cacau fino, premium e orgânico (5% da produção) com revalorização do sistema cabruca e implementação de sistemas agroflorestais diversificados;
2. De microcrédito a partir de fundo para pequenos agricultores, cooperativas e assentamentos diante da dificuldade de acesso a programas de crédito tradicionais;
3. Migrantes capitalizados e pressão de turismo elitizado com especulação imobiliária e ampliação do custo de vida, aprofundando segregação e gentrificação especialmente em Itacaré e Serra Grande (Uruçuca).

ESTRUTURA DE ACESSO E USO DE RECURSOS NATURAIS

1534 - 1850	1851 - 1931	1932 - 1957	1958 - 1988	1989 - 2002	2003 até atualidade
<p>Concentração de terras em grandes sesmarias e fazendas que se valiam de parcelas de suas terras para extrativismo e produção para monocultura de interesse comercial.</p> <p>Relação utilitária com exploração de regiões costeiras.</p>	<p>Mudança gradual das condições nativas, com concentração de terras diante de expansão da produção cacaueira (Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Una).</p> <p>Pouca efetivação da regularização das terras e ocupação das terras devolutas atrelada à influência política da elite cacaueira no aparelho do Estado.</p> <p>Pressão de grileiros sobre pequenos agricultores, visando expropriação de suas terras.</p>	<p>Manutenção de concentração das terras, com abandono sazonal de áreas de produção cacaueira.</p> <p>Reabilitação do consumo e da produção no pós guerra, porém com baixa produtividade.</p> <p>Amplificação do desmatamento de vegetação nativa para ampliação de áreas de cultivo de cacau.</p>	<p>Concentração do acesso a recursos naturais e fortalecimento grandes cacaucultores voltados ao mercado externo.</p> <p>Ocupação desordenada e pressão sobre a terra urbana a partir da atração de produtores rurais descapitalizados para franjas dos polos Itabuna e Ilhéus.</p>	<p>Diante da crise, desconcentração de terras, adquiridas por novos proprietários migrantes e moradores locais (Nordeste e Sudeste).</p> <p>Pressão sobre terras para assentamentos rurais e empreendimentos de turismo na área urbana de Itacaré.</p> <p>Manutenção de estoque de terras para futuros empreendimentos turísticos - resorts e hotéis 5 e 6 estrelas.</p> <p>Criação de parques nacionais e estaduais em fragmentos da Mata Atlântica.</p>	<p>Valorização de práticas sustentáveis, preservação da biodiversidade e maior equilíbrio ecológico de produção de cacau pelo sistema cabruca e/ou sistema agroflorestal.</p> <p>Baixo desmatamento.</p> <p>Presença de pequenos e médios agricultores, sendo que 80% dos estabelecimentos rurais de cultivo de cacau na Bahia envolvem agricultura familiar e parte destes assentamentos agrícolas.</p>

ESTRUTURA PRODUTIVA

1534 - 1850	1851 - 1931	1932 - 1957	1958 - 1988	1989 - 2002	2003 até atualidade
<p>Baixa diversificação com foco no extrativismo de madeira, monocultura de cana de açúcar e plantio disperso de cacau.</p> <p>Expansão da produção de cacau entre Ilhéus e Canavieiras no século XIX, o que marca início da produção mercantil deste produto.</p>	<p>Baixa diversificação agrícola, com exaustão do ciclo canavieiro e ampliação de produção de cacau com pouco regramento e tecnologia impulsionando baixas margens de produtividade e oscilações de preço do mercado internacional.</p> <p>Ainda assim, expansão da produção e comercialização da cacauicultura (pós 1820).</p>	<p>Monopólio da estrutura produtiva com cacau, totalmente focado no mercado internacional.</p> <p>Diversos ciclos de picos de produção e crises diante fatores exógenos (diminuição de consumo, período da Segunda Guerra) e endógenos (baixos investimentos na melhoria das lavouras de cacau, endividamento de produtores frente à baixa nos preços da amêndoa de cacau).</p>	<p>Monopólio da produção cacaueira, com intervenção estatal visando melhoria tecnológica focalizada em grandes propriedades que tinham condições financeiras para abarcar tal condição.</p> <p>Elevação na produção nos anos 1960-1980, permeada por novas crises diante da ampliação da produção cacaueira na África e Ásia, com flutuações nos preços do mercado internacional.</p> <p>Baixo consumo interno desestimulou ampliação de indústria de processamento local (década de 1970), abrindo espaço para as moageiras multinacionais.</p>	<p>Alguma diversificação da estrutura produtiva diante de depressão com disseminação da praga vassoura de bruxa nos cacaueiros. Alternativas econômicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. programa PROBAHIA (1995) de interiorização da indústria (Parque Têxtil - Itabuna e Polo de Informática e de Eletroeletrônicos - Ilhéus) com baixa integração ao mercado (concorrência de importações e dependência de transferência tecnológica); 2. Estruturação da atividade turística no litoral, especialmente Itacaré, de forma desordenada, desestruturada e com baixo retorno local; 3. Concentração de beneficiamento do cacau com empresas multinacionais situadas em Ilhéus. 	<p>Retomada da produção de cacau, sendo que o tipo <i>commodity</i> representou 95% da produção brasileira.</p> <p>Atividade industrial com maior dinamismo em Ilhéus, e ampliação do setor de serviços em todos os demais municípios.</p> <p>Aprofundamento de enclaves econômicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. produção de cacau fino, premium ou orgânico que compõem 5% da produção de forma flutuante à mercê do preço do cacau <i>commodity</i>; 2. Ampliação dos setores de turismo, focalizados em resorts e loteamentos de alto padrão e hotéis 5 e 6 estrelas em praias quase desertas destinadas para esse fim (Itacaré) e algumas praias ao Norte e Sul de Ilhéus.

ACESSO A MERCADOS DINÂMICOS

1534 - 1850	1851 - 1931	1932 - 1957	1958 - 1988	1989 - 2002	2003 até atualidade
Dinamismo atrelado aos interesses de Salvador com extração de madeira para construção naval e aos interesses do governo português com a produção açucareira.	<p>Expansão da cacauicultura no mercado internacional até 1929, com crise comercial especulativa.</p> <p>Dependência da economia local ao mercado internacional.</p>	Flutuações de produção superlativa de cacau sem mercado pujante e crises e desorganização dos mercados diante da baixa produção no período da Segunda Guerra e baixo consumo, fragilizando exportações.	<p>Mercado local concentrado em armazéns, atravessadores e indústrias moageiras focadas no mercado internacional de amêndoas.</p> <p>Ampliação da oferta internacional trouxe desafios para a manutenção do papel central da produção e exportação de amêndoas para o mercado.</p>	<p>Mercado nacional deprimido frente à crise da vassoura de bruxa e fortalecimento da produção concentrada no continente africano.</p> <p>Desde a década de 1990, concentração de indústrias processadoras de cacau multinacionais em Ilhéus.</p> <p>Diante da baixa produção nacional promove-se a importação subsidiada de amêndoas para beneficiamento. Preponderância desta atividade, com baixa reprodução de riquezas no território.</p>	<p>Mercado concentrado na produção africana. Brasil ocupa 6ª posição com 4,6% da produção global e a Bahia ainda se consagra como maior produtora e exportadora, com 54,4% (2024).</p> <p>Diminuição do papel de destaque de Ilhéus e ampliação de novos produtores no país atentos a nichos de mercados estrangeiros.</p> <p>Mercado nacional deprimido, com nichos de produtos de alta qualidade.</p>

RELAÇÕES COM AS CIDADES POLO

1534 - 1850	1851 - 1931	1932 - 1957	1958 - 1988	1989 - 2002	2003 até atualidade
<p>Salvador é a cidade polo para atividades comerciais do mercado de açúcar e outros produtos de interesse regional e internacional.</p> <p>Até meados do século XIX, Ilhéus atendia ao mercado local.</p>	<p>Ilhéus passa a ser município polo com expansão da produção cacaueira, instalação do porto em Ilhéus (1920) e Estrada de Ferro Ilhéus-Itabuna (1911) para conexão de zonas produtoras a Ilhéus e ao mercado internacional.</p> <p>Influência na formação de outros núcleos urbanos adjacentes, especialmente Itabuna.</p>	<p>Ilhéus e Itabuna se diferenciam como centros irradiadores da produção e mercado de cacau, com modernização das estruturas de organização da vida urbana, fortalecimento da presença de instituições como agências bancárias e de crédito, associações comerciais etc.</p> <p>Demais municípios ligados à economia cacaueira presos a essa centralidade.</p>	<p>Ilhéus e Itabuna seguem como centros polarizadores, mas diante da migração desordenada de zonas rurais (destes municípios e de outros do entorno) conformou-se ampliação da zona urbana sem planejamento, evidenciando-se áreas periféricas com pressão por moradia.</p> <p>Ocupação do entorno do anel rodoviário entre Ilhéus e Itabuna, origina presença de áreas de crescente desigualdade socioeconômica com surgimento de favelas.</p>	<p>Ilhéus e Itabuna seguem sendo municípios polo, com aprofundamento dos processos de segregação socioespacial.</p> <p>Entretanto, associado a novo eixo de atração de turismo - BA 001 - que promoveu a interligação entre Itacaré a Porto Seguro e Trancoso, fomenta-se a conformação de novos polos de serviços de turismo, loteamentos e moradias de alta renda, conformando-se enclaves que também aprofundam a segregação socioespacial.</p>	<p>Ilhéus e Itabuna seguem sendo municípios polo, mas com prevalência econômica diversificada de Ilhéus.</p> <p>Com aprofundamento do papel do turismo e de moradia se fortalecem polos de atração de serviços: destaque para Itacaré e Serra Grande (Uruçuca).</p> <p>Ampliação da segregação e gentrificação socioespacial.</p>

POLÍTICAS PÚBLICAS

1534 - 1850	1851 - 1931	1932 - 1957	1958 - 1988	1989 - 2002	2003 até atualidade
Para incentivo e controle de produção agrícola voltada às atividades mercantis metropolitanas portuguesas: criação da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia (1751) – voltada à produção de açúcar, tabaco, cacau, café e algodão.	Criação da Estação Experimental de Uruçuca (1923) e em 1931 do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) para enfrentar as fragilidades do cultivo do cacau com intervenção estatal direta na produção (com provisão de crédito e pesquisas de melhoramento) e na comercialização do cacau, com ação monopolista sobre o mercado.	Diante das crises, nova proposta de intervenção estatal com Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (1957) e criação da Ceplac - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – com vistas à modernização tecnológica da produção. Mudanças administrativas com transformação de distritos de Ilhéus e Itabuna em municípios, caso de Uruçuca.	Nova intervenção estatal na produção cacaueira com criação do Centro de Pesquisa do Cacau (Cepec), responsável por novas tecnologias e manejo do cacau. Outra iniciativa para ampliação de mercado, Programa Nacional de Expansão da Cacaucultura, PROCACAU, entre 1976 – 1985, que ampliou a produção para além da Bahia. O resultado foi pouco efetivo diante de dificuldades de crédito sem subsídios e exígua assistência técnica estatal.	Limitado apoio estatal na contenção da vassoura de bruxa. Foco estava no melhoramento genético, novas tecnologias de manejo, parcerias com universidades para novas bases de cultivo. Dificuldades climáticas (1994-93) levou à criação de Programa de Recuperação da Lavoura cacaueira, com crédito voltado para pequenos produtores em situação de penúria. Programa de fomento à interiorização da indústria, PROBAHIA, focalizado no polo Itabuna e Ilhéus (1995), com disponibilização de infraestrutura local (ainda que precária), espaços para instalação das indústrias e mão de obra barata. Início de proteção de parques nacionais e estaduais em fragmentos remanescentes de Mata Atlântica.	Investimentos do governo federal com PAC Cacau na Bahia (2008-2016) - equacionamento de dívidas e modernização de produção com agricultura consorciada com seringueira, pupunha, frutas. Criação da Câmara Setorial do Cacau, em nível estadual (2009) e Plano Inova 2030: ampliação do papel do país no mercado de cacau de origem sustentável. Fortalecimento de pesquisas universitárias: enfrentamento de pragas, melhoramentos genéticos, manejo, beneficiamento das amêndoas, especialmente focalizados nas certificações orgânicas e de cacau fino e premium. Ampliação de áreas de proteção ambiental e criação de corredores ecológicos entre algumas áreas protegidas.



Goca Moreno

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS, VETORES DE TRANSFORMAÇÃO E A ETAPA ATUAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O sexto e último período, de 2003 em diante, é marcado por um cenário um pouco diferenciado, fruto, em larga medida, de desdobramentos dos períodos anteriores.

Para aprofundar a análise são apresentados dois tipos de insumos. Por um lado, variáveis que permitem um olhar sincrônico entre os municípios de maneira atualizada percorrendo as dimensões social, econômica e ambiental, e por outro lado, são apresentadas informações mais aprofundadas para os temas da cacauicultura, turismo, e Porto Sul, entendidos como vetores de transformações em curso. Também são evidenciadas informações sobre capacidades governamentais nos municípios em estudo, visando a necessidade de seu fortalecimento.

Cabe destacar que sempre que possível correlação de análises é sinalizada informação sobre o Brasil e o estado da Bahia, e sobre a trajetória temporal com vistas a compreender a relação destes municípios com as demais escalas geográficas no tempo. Ao final, em síntese desse conjunto de fatores, se apresenta análise sobre a capacidade de alterar (ou não) os elementos fundamentais que se reproduzem ao longo das etapas anteriores da formação territorial.

DIMENSÃO SOCIAL

No que toca a Dimensão Social, do ponto de vista demográfico, se observa que nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Una e Canavieiras houve decréscimo da população no período de 2000 e 2022. Destaca-se, entre estes dois anos, Una com variação negativa no período de 42% e Ilhéus com variação negativa de 19%. Detecta-se aumento do número de habitantes, apenas em Itacaré e Uruçuca. Destaca-se especialmente Itacaré, município em que houve maior variação, com 28%, possivelmente resultado de pressão da migração com a instalação de empreendimentos turísticos, especialmente na área urbana e litorânea, que desde o Censo Demográfico de 2010 apresenta crescimento do número de habitantes.

Observa-se, também, o decréscimo da população rural, tendência apontada na análise diacrônica tanto no país, como na Bahia e nos municípios da Costa do Cacau, como se nota na tabela 1. Esta condição se associa à diminuição de oportunidades no campo em detrimento à área urbana. No caso da Costa do cacau, Itabuna, cuja variação

negativa da população total entre o Censo demográfico de 2000 e 2022 foi -5,3%, possui o menor número de pessoas na área rural, significando cerca de 1,6% da população total em 2022. O gráfico 1 identifica o percentual de residências nas áreas rural e urbana em 2022 para o Brasil, Bahia e municípios da Costa do Cacau. Para estes últimos se observa que Itabuna é o município mais urbanizado, com percentual maior que o Brasil e o estado da Bahia, seguido por Ilhéus, ambos com mais de 90% das residências na área urbana do município.

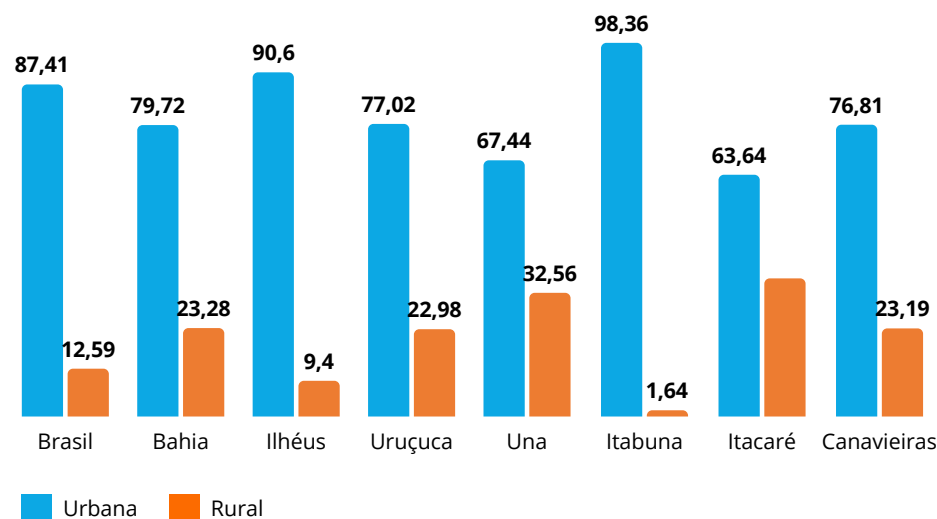
No caso de população residente em área rural, destaca-se que Una e Itacaré são os municípios com maior percentual de moradias na área rural, inclusive percentuais mais altos do que no Brasil e Bahia. Em diálogo com a tabela 1, em Una a população rural vem decrescendo e em Itacaré a população rural é praticamente estável nos últimos 22 anos, apesar do aumento da população urbana. Esta condição pode indicar que está havendo uma atração exógena a este município, possivelmente diante da atividade turística em ascensão.

Tabela 1. **População total, rural e urbana no Brasil, Bahia e nos municípios da Costa do Cacau, 2000, 2020 e 2022.**

Unidade	População 2000			População 2010			População 2022		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Brasil	31.835.143	137.755.550	169.590.693	29.830.007	160.925.792	190.755.799	25.572.339	177.508.417	203.080.756
Bahia	4.305.306	8.761.604	13.066.910	3.916.214	10.105.218	14.021.432	3.291.488	10.850.138	14.141.626
Canavieiras	8.979	26.343	35.322	6.433	25.903	32.336	7.578	25.105	32.683
Ilhéus	59.850	162.277	222.127	28.955	155.281	184.236	16.798	161.851	178.649
Itabuna	5.491	191.184	196.675	4.918	199.749	204.667	3.060	183.648	186.708
Itacaré	10.169	7.951	18.120	10.676	13.642	24.318	10.074	17.630	27.704
Una	17.240	14.021	31.261	9.080	15.030	24.110	5.904	12.227	18.131
Uruçuca	6.165	14.158	20.323	4.058	15.779	19.837	4.923	16.497	21.420

Fonte: Censos demográficos IBGE (2000, 2010 e 2022).

Gráfico 1. **Percentual de residência rural e urbano, Brasil Bahia, e municípios da Costa do Cacau, 2022.**



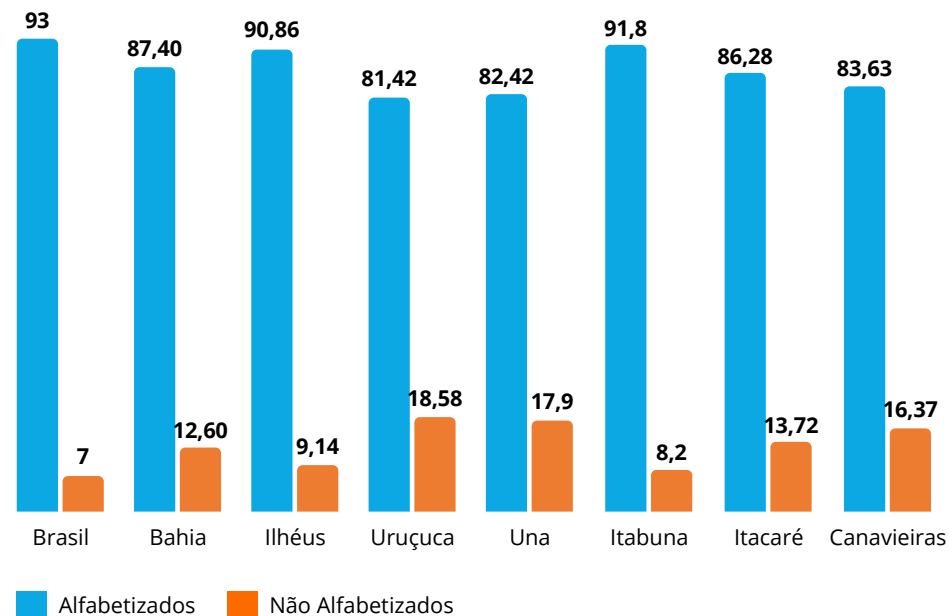
Fonte: Censo demográfico IBGE, 2022.

EDUCAÇÃO

A educação é o segundo aspecto ressaltado na Dimensão Social. Partindo-se do tema analfabetismo, esta revela que o percentual entre alfabetizados e não alfabetizados para pessoas com mais de 15 anos de idade para o ano de 2023 (gráfico 2) para o Brasil, Bahia e municípios da Costado Cacau, destaca positivamente Itabuna com o percentual de pessoas não alfabetizadas girando em 8,2%, e negativamente para o município de Uruçuca com 18,58% de pessoas não alfabetizadas. Mas, é necessário sinalizar que todos os municípios da Costa do Cacau estão acima do percentual de não alfabetizados para o Brasil que é de 7%. Abaixo do percentual de analfabetos com 15 anos ou mais da Bahia, que é de 12,6%, estão os municípios e Uruçuca, Una, Itacaré e Canavieiras. Destas informações focaliza-se

o desafio ainda presente em um aspecto básico de educação, ou seja, vencer o analfabetismo na Costa do Cacau.

Gráfico 2. **Percentual de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais no Brasil, Bahia e nos municípios da Costa do Cacau, 2023.**



Fonte IBGE, Censo Demográfico, Panorama, 2023.

Outro indicador elencado entre os anos de 2015 a 2022 (tabela 2) é o Índice de desenvolvimento da educação básica que traduz a nota média dos índices divulgados para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental entre os alunos matriculados. Este indicador importa como condutor da qualidade de política pública em prol da qualidade da educação e acompanha as metas de qualidade do Plano de desenvolvimento da Educação para a Educação Básica. A meta para

o ano de 2023 para o Brasil era de 6,0, o que estaria em acordo com a qualidade de países desenvolvidos. O que se denota é de que ainda que tenha havido melhora de 2015 a 2022, conforme a tabela 2, os municípios da Costa do Cacau estão abaixo desta meta. Destaca-se positivamente em termos de melhoria do índice os municípios de Itacaré, Una e Uruçuca.

Tabela 2. **Índice de desenvolvimento da educação básica entre 2015 e 2023, Brasil, Bahia e Municípios da Costa do Cacau.**

Unidade	Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)	
	2015	2023
Brasil	5,2	6,0
Bahia	4,7	5,3
Canavieiras	3,37	4,4
Ilhéus	3,87	4,38
Itabuna	3,87	4,27
Itacaré	3,75	4,65
Una	3,93	4,65
Uruçuca	3,3	4,5

Fonte: IDEB, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A tabela 3 identifica a taxa de distorção idade-série de alunos matriculados no Ensino Fundamental que têm idade pelo menos 2 anos a mais que a idade esperada para a série em que estudam em relação aos alunos matriculados. Constata-se que no lapso temporal de 2015 e 2023, com exceção de Itabuna em que a taxa cresceu, nos demais municípios da Costa do Cacau houve decréscimo da distorção idade-série. Observa-se que há um importante caminho a seguir para que esta taxa se aproxime aos números do país e do estado da Bahia.

Tabela 3. **Distorção Idade-série, Ensino Fundamental, Brasil, Bahia e municípios da Costa do Cacau, 2015 e 2023.**

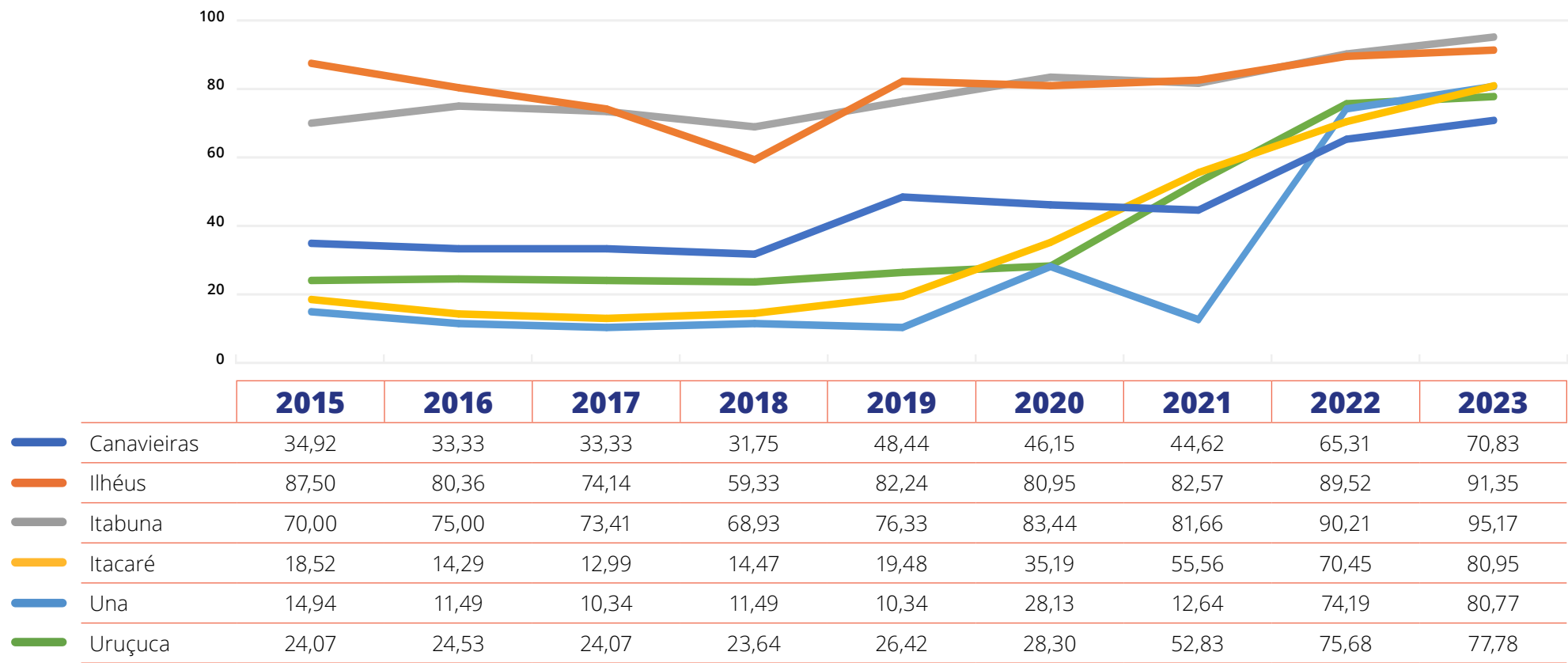
Unidade	Distorção Idade-Série	
	2015	2023
Brasil	19,2	11,7
Bahia	31,6	21
Canavieiras	40,3	30,2
Ilhéus	31,3	25,6
Itabuna	15,4	22,4
Itacaré	31	26
Una	38,1	26
Uruçuca	36,8	27,3

Fonte: Censo Escolar, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Outro indicador relevante é aquele que traduz a realidade de acesso à conectividade das escolas (gráfico 3). Observa-se que nos cinco anos, desde 2019 até 2023, todos os municípios têm alcançado importantes mudanças nesse sentido. Destaque para os municípios polo – Itabuna e Ilhéus – que já se encontravam em um patamar mais alto que, na atualidade, alcançam mais de 90% e para

Itacaré e Una que detinham em 2015 percentuais abaixo de 20% e que em 2023 atingem patamar acima de 80%. Contudo este percentual ainda é distante do valor de percentual brasileiro de 95,3% e da Bahia que é de 97,4% para o mesmo ano. Além disso, é preciso salientar que ter conectividade nem sempre significa uma boa conexão para a aprendizagem.

Gráfico 3. **Percentual de escolas com acesso à conectividade (internet), Costa do Cacaú, Bahia, 2015 a 2023.**



Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações, Ministério de Comunicações

Atabela 4, por sua vez, apresenta o Índice de matrículas em Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio pela população de cada um dos municípios. Denota-se que em todos os municípios houve

mudanças positivas nesse quesito, destacando-se com destaque o caso de Una e Uruçuca que ampliou em mais de 30 pontos a diferença no lapso de tempo de 8 anos.

Tabela 4. **Índice de matrículas em educação profissional e tecnológica, municípios da Costa do Cacau, Bahia, 2015 e 2023.**

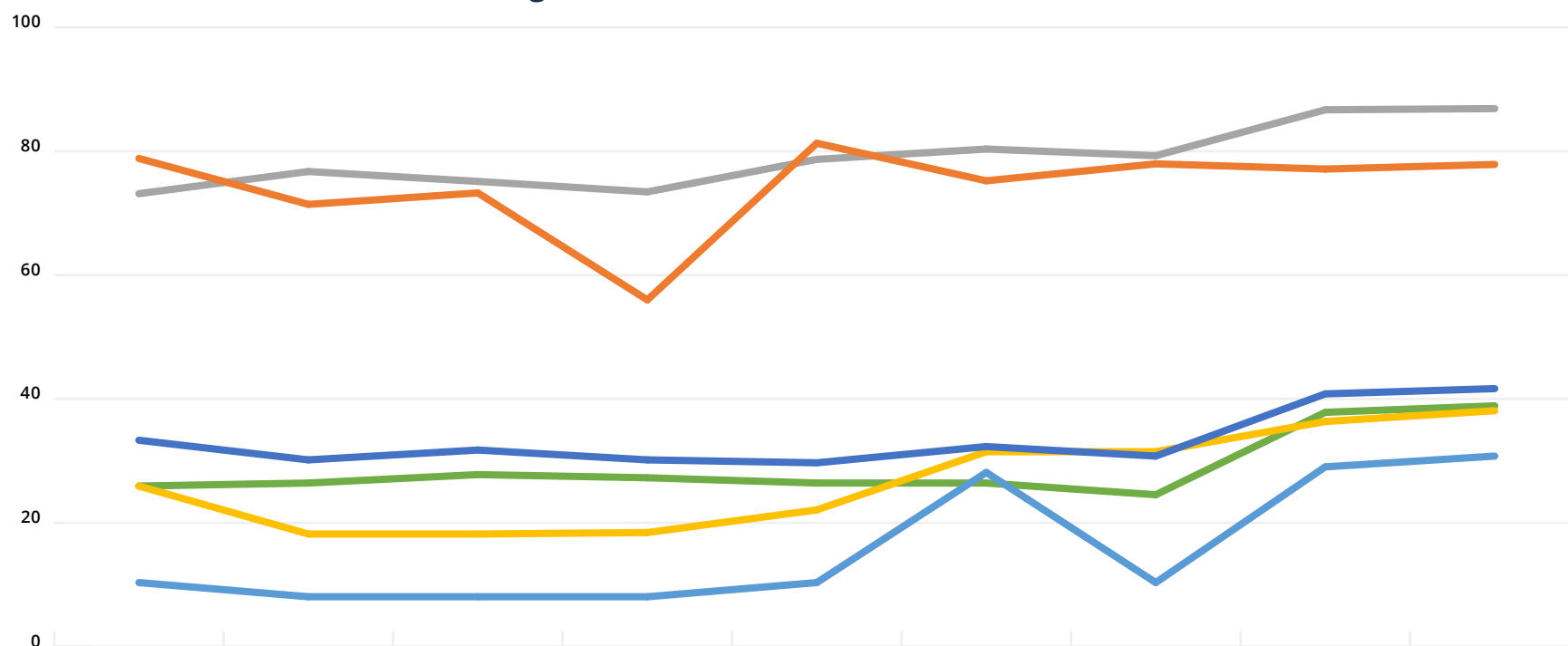
Município	Índice de matrículas em educação profissional e tecnológica	
	2015	2023
Canavieiras	50,6	57,3
Ilhéus	40,9	62,1
Itabuna	42,3	63,2
Itacaré	24,1	50,9
Una	36,7	69,5
Uruçuca	49	79,1

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e IBGE Censo Demográfico.

Além destes indicadores relativos diretamente ao tema educação, se apresenta outro indicador que associa dados do Censo Demográfico (IBGE), Censo Escolar (INPE) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIN). Destes dados observa-se que os municípios pelo que historicamente tiveram outras condições

de infraestrutura estão em melhor patamar, sendo que Itabuna encontra-se mais bem posicionado que Ilhéus, cujas condições tiveram pequena mudança de 2015 a 2023. Os demais municípios, demonstram um quadro de melhora no lapso temporal, mas ainda desafiador.

Gráfico 4. Percentual de estabelecimentos de ensino com acesso à rede de esgoto, Costa do Cacaú, Bahia, 2015 a 2023.



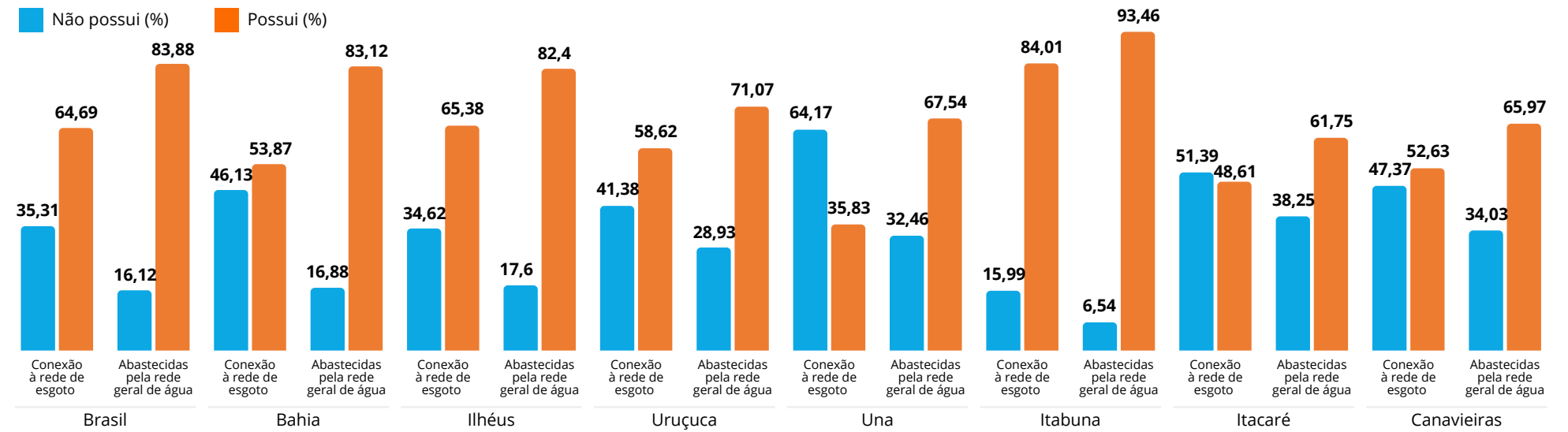
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Canavieiras	33,33	30,16	31,75	30,16	29,69	32,31	30,77	40,82	41,67
Ilhéus	78,85	71,43	73,28	56,00	81,31	75,24	77,98	77,14	77,88
Itabuna	73,16	76,74	75,14	73,45	78,70	80,37	79,29	86,71	86,90
Itacaré	25,93	18,18	18,18	18,42	22,08	31,48	31,48	36,36	38,10
Una	10,34	8,05	8,05	8,05	10,34	28,13	10,34	29,03	30,77
Uruçuca	25,93	26,42	27,78	27,27	26,42	26,42	24,53	37,84	38,89

Fonte: Combinação de bases de dados do Censo Demográfico (IBGE), Censo Escolar (INEP) e Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS).

Em diálogo com o gráfico 4, o gráfico 5 identifica as condições a respeito de coleta de esgoto e abastecimento de água nos municípios. Evidencia-se que ainda existe alto percentual de residências que não possuem estes serviços. Sem dúvida, para alguns destes municípios há a presença de vastas áreas rurais nas quais esta condição é ainda mais desafiadora. No que toca à conexão à rede de esgotos apenas Ilhéus e Itabuna possuem conexão à rede de esgotos superior aos percentuais do país e do estado da Bahia. O município em condição mais precária é Una, seguido de Itacaré. No caso das residências abastecidas por rede de água apenas Itabuna tem percentual superior ao do país e o estado da Bahia, com 93,46% ligados à rede geral de água, corroborado pelo fato de que sua população praticamente

toda mora na área urbana, 98,3% (tabela 1). Contudo, mesmo em Itabuna, o mais urbanizado de todos os municípios possui 15,99% das residências que não estão conectados à rede de esgoto e 6,5% não possuem abastecimento de água. Canavieiras, apesar da maior parte da população residir em meio urbano, 76,81%, a carência é desafiadora, com 47,37% sem conexão à rede de esgoto e 34% sem ligação ao abastecimento da rede de água. Itacaré, por sua vez, em mais esta oportunidade parece ter forte impacto da pressão da urbanização ligada à atividade turística, uma vez que 51,39% não estão conectados à rede de esgoto e 38,25% à rede de água. Estas condições certamente atingem as condições de saúde e qualidade de vida nesses municípios.

Gráfico 5. Percentual de residências no Brasil, Bahia e municípios da Costa do Cacao que possuem conexão com rede de esgoto e abastecidos pela rede geral de água, 2023.



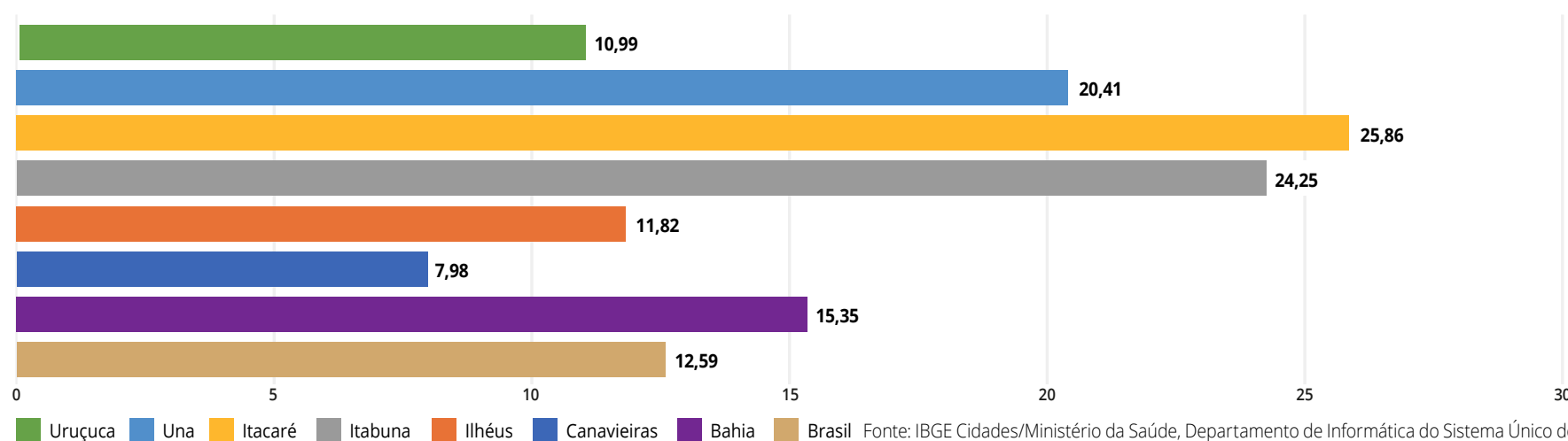
Fonte IBGE, Censo Demográfico, Panorama, 2023.

SAÚDE

Outro tema importante no que toca a Dimensão Social é a Saúde que pode ser apresentada por alguns indicadores. O primeiro deles, Índice de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, 2022 (gráfico 6) na Costa do Cacau se observa que em alguns municípios os índices são muito mais altos que a taxa de mortalidade infantil brasileira e da Bahia. Destaque negativo para Itacaré, que como se

viu nas informações apresentadas no gráfico 5, tem importantes desafios no que toca o saneamento básico e baixo planejamento urbano, associado à crescente pressão de aumento da população como se viu refletido tanto no crescimento demográfico (tabela 1), como na trajetória do município em páginas anteriores.

Gráfico 6. Índice de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, Brasil, Bahia e Costa do Cacau, 2022.



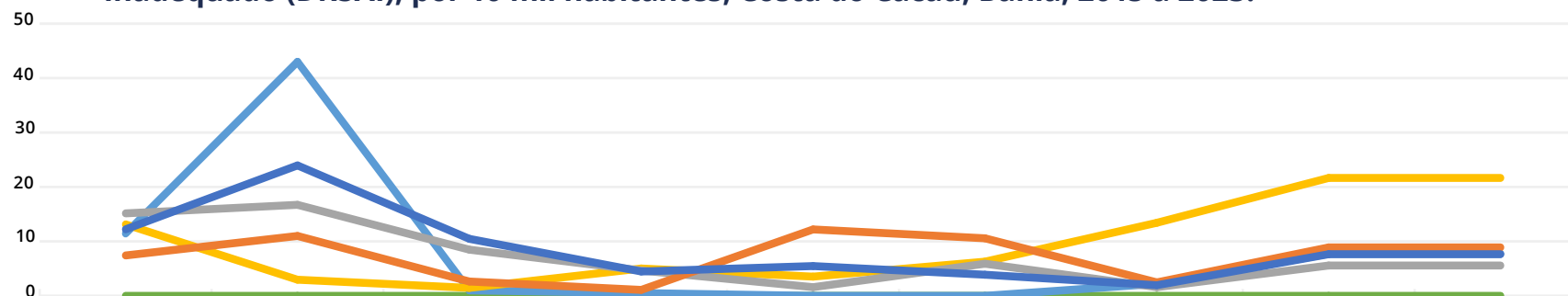
Fonte: IBGE Cidades/Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2022.

Entre os dados de saneamento e saúde, apresenta-se o Indicador organizado a partir do número de internações hospitalares por Doença Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), por 10 mil habitantes (gráfico 7). Identifica-se que o município que em 2023 detinha o pior índice era Itacaré, possivelmente relacionado ao impacto da pressão das condições de saúde e ampliação da população local. Os demais municípios estão muito próximos, com maior pressão sobre Ilhéus. Esta condição pode também estar ligada ao

fato de que além do atendimento de pessoas deste município, ele recebe doentes provenientes de outras localidades próximas. Pode ser o caso de Uruçuca que aparece com informações zeradas, pois nos dados da Secretaria Estadual de Saúde e Atenção Básica da Bahia indica-se a presença de três centros de saúde em Uruçuca, mas não há referência de unidade hospitalar³.

3. Informações complementares podem ser acessadas em: http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/ Acesso em maio de 2025.

Gráfico 7. Internações hospitalares por doenças⁴ relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), por 10 mil habitantes, Costa do Cacaú, Bahia, 2015 a 2023.



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Canavieiras	12,22	23,96	10,47	4,47	5,47	3,88	1,95	7,65	7,65
Ilhéus	7,42	11,00	2,63	1,09	12,20	10,57	2,47	8,90	8,90
Itabuna	15,15	16,72	8,48	4,65	1,59	5,90	1,59	5,57	5,57
Itacaré	13,13	2,96	1,46	5,02	3,53	6,28	13,42	21,66	21,66
Una	11,45	43,00	1,00	0,51	0,00	0,00	2,21	7,72	7,72
Uruçuca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DATASUS, Ministério da Saúde e IBGE.

POBREZA OU BAIXA RENDA

Um aspecto relacionado ao desenvolvimento social é a condição da população em relação à pobreza ou baixa renda⁵. Para tanto, visando entender modificações nesse cenário (tabela 5) foram elencados dois anos – 2012 e 2023 –, para conhecer os percentuais de famílias que estariam na condição de baixa renda dentre aquelas que estavam cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) de cada município. Cons-

tatou-se que na maioria dos municípios houve ampliação desse índice. Estas informações se coadunam com os dados apresentados para o Brasil e para o estado da Bahia. As informações podem refletir diversos tipos de informações, desde que houve melhora na prestação de serviço de cadastro das pessoas no CadÚnico nos municípios, como diminuição do número de pessoas em outras faixas de pobreza,

4. CIDs selecionadas: doenças de transmissão feco-oral; doença transmitidas por inseto vetor; doenças transmitidas por contato com água; doenças relacionadas à higiene e geo-helmintos e teníases.

5. A família de baixa renda é aquela que vive com até meio salário mínimo por pessoa por mês para cada pessoa da família. Fonte: Noções básicas Cadastro Único. Fonte: mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Nocoas_Basicas.pdf

bem como o acesso de famílias que tinham melhores condições de renda para este patamar. Para melhor apreciação da informação seria necessário pesquisas aprofundadas sobre o tema. Entretanto, denota-se que em Itacaré, Uruçuca e Una houve ampliação do percentual. A estabilidade foi registrada em Canavieiras e Itabuna e diminuição deste percentual foi encontrado em Ilhéus.

Tabela 5. **Percentual de famílias de baixa renda em relação ao total de famílias do Cadastro Único do Brasil, Bahia e municípios da Costa do Cacau, 2012 e 2023.**

Unidade	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único	
	2015	2023
Brasil	16,9	17,7
Bahia	11,94	15,22
Canavieiras	0,67	0,67
Ilhéus	0,56	0,48
Itabuna	0,41	0,41
Itacaré	0,54	0,61
Una	0,73	0,63
Uruçuca	0,73	0,75

Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único/Ministério de Desenvolvimento Social

SALÁRIO MÉDIO DAS MULHERES

Um último aspecto selecionado para apresentar a dimensão social diz respeito ao diferencial de salário médio das mulheres no mercado formal, apresentado na tabela 6. Para se chegar a esta taxa foi utilizada a massa salarial feminina pelo total de trabalhadoras formais do sexo feminino pela massa salarial masculina pelo total de trabalhadores formais do sexo masculino, sendo desconsiderado o setor de Administração Pública - Divisão 84 CNAE (Administração pública, defesa e seguridade social). O resultado foi de que em todos os casos houve um diferencial positivo em relação ao ano de 2015, com destaque para Uruçuca e Una.

Tabela 6. **Taxa de diferencial salarial médio de mulheres no mercado de trabalho formal nos anos 2015 e 2022, Costa do Cacau, Bahia.**

Municípios	Diferencial salarial médio feminino no mercado de trabalho formal	
	2015	2022
Canavieiras	1,31	1,47
Ilhéus	0,89	0,98
Itabuna	0,99	1,05
Itacaré	1,18	1,19
Una	1,01	1,31
Uruçuca	1,36	1,93

Fonte Rais/Ministério de Trabalho e Emprego

Em síntese, no que diz respeito à dimensão social, apesar de ter havido melhorias na maioria dos indicadores das diferentes áreas – educação, saúde, saneamento, desenvolvimento social – os municípios deste estudo encontram-se na maioria dos indicadores abaixo da média nacional. Também é perceptível que internamente ao território da Costa do Cacau há consideráveis desigualdades entre municípios polo – Ilhéus e Itabuna – e os demais municípios. Mesmo aqueles que têm evidenciado alguma mudança nas atividades econômicas, como caso de Itacaré, denota-se lacunas para alcançar melhorias de bem-estar e qualidade de vida.

DIMENSÃO ECONÔMICA

No caso da Dimensão Econômica, são apresentados três conjuntos de informações. O primeiro relaciona-se à dinâmica produtiva da Costa do Cacau, a segunda refere-se à dimensão da empregabilidade e a terceira focaliza a condição da cacauicultura, do turismo e do Porto Sul na atualidade. Dessa maneira, em linhas gerais a **Dinâmica Produtiva**, representada pelo valor adicionado bruto a preços correntes em 2021 (tabela 7) permite analisar como se comportam as atividades econômicas. A atividade industrial segue polarizada em Ilhéus e Itabuna, apesar de estar debilitada como se viu em páginas anteriores. Mas, em comparação com os demais municípios do território estas expressam os melhores números, especialmente Ilhéus. Nos demais municípios é o setor de serviços que tem maior dinâmica, mas denota-se que para além dos municípios polo, dentre os demais há homogeneidade.

Tabela 7. **Valor adicionado bruto a preços correntes em reais (X1000), Costa da Cacau, Bahia, 2021.**

Atividade econômica / Municípios	Ilhéus	Itabuna	Itacaré	Canavieiras	Una	Uruçuca
Agropecuária	172.099,61	36.543,54	61.290,14	100.671,03	91.083,24	62.839,93
Indústria	1.275.854,64	540.552,83	23.035,04	21.397,10	18.362,06	18.566,67
Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2.096.742,81	2.283.356,01	192.842,75	123.601,29	106.132,60	98.071,94
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	661.271,85	833.399,21	124.962,61	129.994,00	95.829,57	93.928,90

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo.

A tabela 8 identifica o Produto Interno Bruto – PIB (2020) e o PIB per capita (2020) na Costa do Cacau. Este conjunto de indicadores reforça a heterogeneidade endógena dos municípios, destacando-se Ilhéus como o mais pujante e que alcança o 12º lugar em PIB dentre dos os municípios do estado da Bahia. Dentre os municípios menos dinâmicos, destaca-se Uruçuca na posição 147º dentre os municípios baianos⁶.

Tabela 8. **Indicadores econômicos - Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per capita, Costa do Cacau, Bahia, 2020.**

Municípios	PIB (2020) em reais	Lugar no ranking da Bahia	PIB per capita (2020) em reais
Canavieiras	R\$366 milhões	104º	R\$ 11,8 mil
Ilhéus	R\$ 4,53 bilhões	12º	R\$ 28,3 mil
Itabuna	R\$ 4,03 bilhões	16º	R\$18,8 mil
Itacaré	R\$331 milhões	115º	R\$11,5 mil
Una	R\$262 milhões	141º	R\$14,1 mil
Uruçuca	R\$259 milhões	147º	R\$12,7 mil

Fonte: Plataforma Dataviva, CEDEPLAR, UFMG.

6. Informações complementares podem ser acessadas em <https://www.dataviva.info/pt/location> Acesso em junho de 2025.

EMPREGO

Um dos indicadores relativos à atividade econômica é o emprego no mercado formal. Destaca-se na tabela 9 para a Costa do Cacau a participação do setor industrial no número de empregos formais nos anos 2015 e 2022. O cenário neste lapso temporal tendeu a se modificar, sendo que Itabuna e Uruçuca apresentaram taxa inferior em 2022, Itacaré manteve-se na mesma média e nos demais municípios houve ampliação do volume de empregos formais ligados à atividade industrial no lapso temporal citado. O caso de maior destaque é Ilhéus que estava em segundo lugar no ranking, mas assumiu o primeiro lugar diante do aumento do volume de empregos na indústria de transformação em 2022.

Tabela 9. **Participação do emprego no setor industrial no volume de emprego formal, Costa do Cacau, Bahia, 2015 e 2022.**

Municípios	Participação do setor industrial no emprego formal	
	2015	2022
Canavieiras	0,95	2,33
Ilhéus	9,58	12,27
Itabuna	11,01	10,95
Itacaré	0,4	0,4
Una	2,46	2,76
Uruçuca	7,13	5,26

Fonte RAIS via Dataviva/CEDEPLAR/UFMG

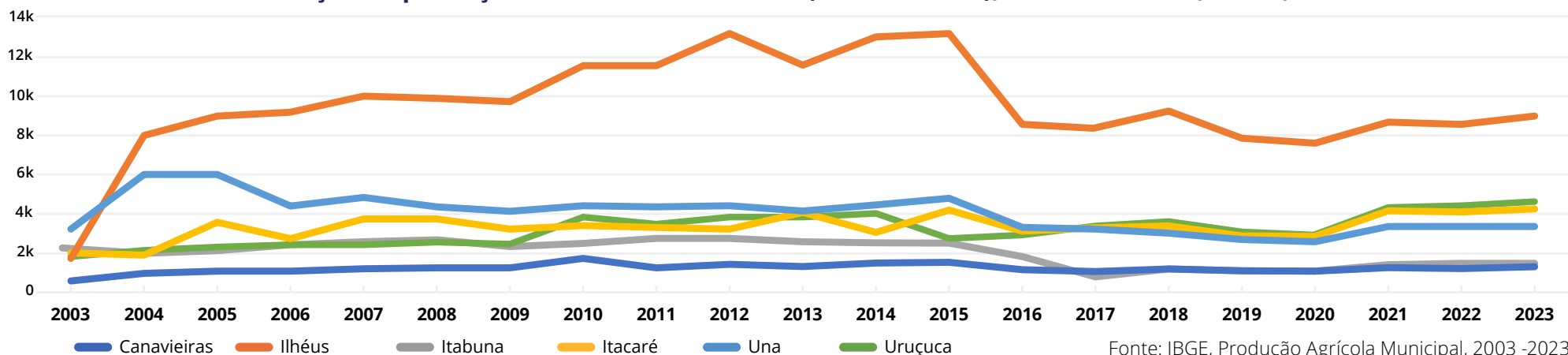
Junto à apresentação deste conjunto de indicadores associados à Dimensão Econômica, outros três temas merecem destaque. São eles: **a cacauicultura, o turismo e a instalação do Porto Sul**. Sobre a primeira, trata-se de uma continuidade do que já estava em curso, com um conjunto de atualizações tecnológicas, manejo e de conhecimento. O turismo é um fenômeno recente na região, dos anos finais do século XX e se caracteriza por uma atividade econômica promissora, mas ainda pouco organizada no território como um todo. No caso do Complexo logístico Intermodal Porto Sul e sua interligação à ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) trata-se de uma ação que, apesar de estar sendo tratada há anos com formulação de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – junto ao Ministério Público, na atualidade se iniciaram as obras do Complexo na região junto ao litoral em Ilhéus. Entretanto, diante do impacto, esta também é destacada como um tema à parte ligado não apenas à Dimensão Econômica como Social e Ambiental. Após estes três destaques, apresenta-se uma breve síntese desta Dimen-

são, para em seguida apresentar os indicadores e informações associados à Dimensão Ambiental.

PRODUÇÃO DE CACAU

No caso da produção de cacau, entre os anos 2003-2023 lentamente esta atividade retomou um rumo ascendente, e tem apresentado um período de ascensão desde os anos 2021, como pode ser visto no gráfico 8. Ilhéus destaca-se historicamente como o maior produtor do território e da Bahia, o que na atualidade não é diferente. Em 2023 produziu 8.961 toneladas, bastante distante de Itabuna e Canavieiras que produziram o menor volume de cacau para o ano de 2023, com 1.535 toneladas e 1.315 toneladas respectivamente (IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2023). Segundo a mesma fonte, o volume total de produção no território foi de 24.061 toneladas para o ano de 2023, distante da produção baiana que foi de 139.011 toneladas (2023). Esta condição indica que a produção cacaueira vem se dispersando para além da área tradicionalmente vista como de produção de cacau.

Gráfico 8. **Evolução da produção de cacau no território (em toneladas), Costa do Cacau, Bahia, 2003 a 2023.**



A comercialização do cacau tem seguido características de etapas anteriores: parte é comercializada diretamente às indústrias moageiras: parte é comercializada a atravessadores locais, cerca de 20%, e a maior fatia, 71%, é vendido aos armazéns, com responsabilidade sobre a logística, o que a depender da localização da produção tem impacto sobre todos os custos (Chiapetti et al., 2020). Ao final, sabe-se, praticamente toda esta produção é encaminhada à indústria moageira centralizada em Ilhéus.

O setor moageiro desde os anos 2000 reforçou as atividades de beneficiamento, com perfil voltado para a exportação de derivados do cacau, como manteiga, liquor e outros (Chiapetti, 2009). Entretanto, este se ressentiu do déficit da produção interna de cacau, posto que sua capacidade instalada para processamento é de 270 mil toneladas/ano e a produção de cacau brasileiro destinado a este elo da cadeia tem ficado entre 220 mil e 250 mil toneladas, o que leva a que esta indústria tenha buscado no mercado internacional a produção restante (Gontijo, 2020). Também tem auxiliado estes empreendimentos moageiros os benefícios do regime aduaneiro, com eliminação de taxas na compra de insumos utilizados na industrialização de produtos destinados à exportação (Xavier et al., 2021). Mais uma vez a medida incrementou interesses do mercado internacional com lucros direcionados e concentrados em poucas empresas beneficiadoras de cacau ligadas ao capital estrangeiro⁷, sem reverberar na canalização de lucros para produtores locais de cacau.

7. As empresas são: Cargill S/A que instalou sua planta moageira – a Cargill Cacau – no município de Ilhéus/BA, no ano de 1979; a Nestlé, inaugurada na cidade de Itabuna/BA em 1980; a Archer Daniels Midland Company (ADM) iniciou suas atividades em 1997, após adquirir a processadora de cacau Joanes S/A, empresa que já se situava no parque industrial de Ilhéus; e a Barry Callebaut S/A, se instalou em Ilhéus em 1999 (Xavier et al., 2021).



Estas condições se espelham na estrutura fundiária. Em estudos realizados no Território de Identidade do Sul da Bahia, após a crise do final dos anos 1980 esta se expressou menos concentrada. Segundo o IBGE (2017) 33% das propriedades eram propriedades de até 10 hectares. Persistiam, entretanto, 8,5% das propriedades com o tamanho de 100 a 300 hectares (Chiapetti et al., 2020). Estes dados corroboram a informação de que a produção de cacau tem se mantido preponderantemente por médios e pequenos produtores, cerca de 80% do total, sendo que muitos deles são agricultores familiares e parte destes são beneficiários de programas de reforma agrária na região (WAACK et al., s.d.). A ocupação e uso do solo continua até os dias atuais preponderante para a produção de cacau, somando-se 32,3%, seguido por áreas de pasto com 24,8% e por mata e capoeira

com 23,3%. O restante do solo, 5,5%, é ocupado com produção de banana, seringueira, café, mandioca, piaçava e coco (Chiapetti et al., 2020). Em análise a outras produções agrícolas são poucas alternativas. Para o ano de 2023, destacou-se em Ilhéus e Uruçuca a produção de banana, em Itacaré e Canavieiras a produção de coco. Para o caso de Una houve incremento na produção de café arábica, mas ainda não são culturas que mudam a situação com maior diversidade. A cacauicultura ainda domina a produção agrícola.

Com vistas a melhorar a qualidade do cacau foram estimuladas experiências inovadoras como o Plano Inova Cacau 2030 realizado pelo Ceplac e pela CocoaAction Brasil⁸ com objetivo de consolidar o Brasil como uma referência mundial de origem de cacau sustentável, ampliando a qualidade da produção de amêndoas *bulk* ou *commodity*, além de incrementar a produção de cacau premium, fino e orgânico que na atualidade beira os 5% do total da produção cacauzeira. Ainda assim, os custos de produção e de assistência técnica são gargalos que tendem a assinalar novas formas de distinção entre os produtores, fomentando nova tipologia de desigualdades entre pares (Xavier et al., 2021). O baixo acesso a crédito é um desafio que atinge todas as faixas das propriedades e dificulta melhorias em diversas frentes de produção e produtividade do cacau. Com vistas a minorar esta carência, uma organização do 3º setor – Tabôa Fortalecimento Comunitário – e seus parceiros implantaram desde 2017 uma tipo-

8. Iniciada no Brasil em janeiro de 2018 e oficialmente lançada em outubro do mesmo ano, é uma iniciativa única no setor, que colabora para o alinhamento e desenvolvimento da cadeia de cacau no país, promovendo intercâmbio de conhecimentos e sinergias com trabalhos já existentes, de modo a melhorar a produtividade e rentabilidade dos produtores, com atenção especial para a sustentabilidade. Maiores informações: <https://worldcocoaaction.org/programmes-and-initiatives/cocoaaction-brasil-portuguese>

logia de crédito rural mais simplificada e acessível que se consolidou em 2020 com o CRA Sustentável da Mata Atlântica (Certificado de Recebíveis do Agronegócio). Este se diferencia por associar o recurso financeiro ao acompanhamento de assistência técnica, voltado para micro e pequenas empresas e pequenos produtores rurais (Tabôa, 2022, p.11). Segundo informações coletadas em campo esta iniciativa tem sido muito favorável à produção/produtividade e com baixa inadimplência, o que indica ser uma opção de crédito, especialmente para pequenos produtores e assentados. Mas, para modificar as condições atuais seria necessário ampliar tanto as tipologias de crédito como a produção de cacau de qualidade premium, orgânico e fino de forma a extrapolar iniciativas encravadas em alguns pontos e grupos do território.



Plano Inova Cacau 2030 - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/inova-cacau-2030/inova-cacau-2030.pdf/view>

TURISMO

Em outro campo, a pressão pela economia do turismo se intensificou nos anos 2000 com presença de hotéis e resorts para grupos sociais com alto poder aquisitivo, instalados no eixo litorâneo formado pelos núcleos de Ilhéus, Olivença, Una e Canavieiras, que tem Salvador e Ilhéus como portas de entrada para o turismo na Bahia (Silvera, 2020; Rodrigues, 2011). Nos anos 2000 Itacaré e Olivença apresentaram uma expansão da atividade turística que passou a ser para estes casos importante atividade econômica, diante da pouca diversidade de atividades locais, e para o caso de Canavieiras que se notabilizou pela atividade de pesca esportiva [marlim azul] (Rodrigues, 2011). De outro lado, tem se evidenciado a chegada de migrantes na maioria das vezes com algum capital financeiro, gerando especulação imobiliária e ampliação do custo de vida em algumas localidades da Costa do Cacau, impondo aos moradores nativos condições desfavoráveis à sua manutenção no local (Meliani, 2011). Tal condição, conduzida com parco planejamento tem se configurado como um ponto de inflexão para a estabilidade ambiental e da infraestrutura urbana atual, especialmente em localidades periféricas de grandes centros (Silvera, 2020; Rodrigues, 2011) e com forte pressão do turismo. Amplia-se assim o fosso da desigualdade associada à concentração de renda em alguns enclaves que não tem conseguido extrapolar os bons resultados para o território como um todo.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PORTO SUL

Por fim, um último aspecto que toca as diversas dimensões em sua aplicação por seu impacto e magnitude é a implementação do Porto Sul, nome popular para o Complexo logístico Intermodal Porto Sul, composto de ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Porto, Retroporto e Aeroporto. A FIOL fará a ligação de Figueirópolis, no sul de

Tocantins, a um porto a ser construído em Ilhéus, envolvendo o transporte de minério de ferro, a partir de Caitité (BA). Estima-se que serão cerca de 25 milhões de toneladas ao ano, por um período de 15 a 20 anos, totalizado a vida útil, cuja capacidade máxima mensurada a ser extraída, é de aproximadamente 400 milhões de toneladas (Instituto Nossa Ilhéus, 2019). Além deste produto o intuito, também, volta-se para o transporte de grãos do agronegócio, especialmente soja, que teria assim mais uma via de escoamento da produção, além de uma área de estocagem. Evidentemente se destaca junto a ambientalistas e agentes da sociedade local que os custos ao meio ambiente são consideráveis, especialmente no distrito de Aritaguá, na faixa litorânea de Ilhéus, onde o complexo está em fase de cons-

Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)



Foto: Agência Brasil / Ministério da Infraestrutura

trução. Outra ameaça ao meio ambiente é a possível escassez de água, à vida marinha e às populações que moram na região. Trata-se de uma obra que envolve, no auge de sua construção cerca de 2 mil empregos e em operação cerca de 450 empregos. Estudos indicam este tipo de atividade fomentaria a instalação de cerca de 155 mil novos moradores, com necessidades de infraestrutura de habitação, saneamento, saúde e educação que precisariam ser planejados para que os impactos pudessem ser minimizados (Instituto Nossa Ilhéus, 2019). Na atualidade, a obra segue em consonância a um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) realizado com o Ministério Público, com vistas a atendimento de condicionalidades relacionadas a aspectos sociais e do meio ambiente. Como ainda está em fase inicial de implantação ainda não se tem dados claros de seu impacto na dinâmica de desenvolvimento territorial.

Em síntese, sobre a Dimensão Econômica nota-se que apesar da relativa dinâmica da atividade econômica esta tem reforçado alguns enclaves insuficientes para extrapolar os bons resultados para o território como um todo. Destacam-se a produção cacaueira e o turismo. Apesar de um momento de ascensão da cacauicultura, principal atividade na região, está em curso uma dispersão da produção para outras regiões da Bahia, Pará, Rondônia e Espírito Santo e outra técnica de plantio (de cabruca a sol pleno) o que no médio prazo pode significar uma mudança para esta atividade simbolicamente arraigada na Costa do Cacau. Estão sendo implementadas algumas experiências de produção de cacau fino, premium

e orgânico, mas são nichos de inovação para os quais existe um público limitado diante dos custos, e que não interessam ao cacau *commodity*. Ou seja, não parecem claras condições de ganho de escala para esta atividade que na atualidade significa 5% da produção.

A atividade turística implementada em larga medida em Itacaré por empresas de grande porte, parte delas com capital internacional, se consolida como mais um nicho voltado para pessoas com alto poder aquisitivo, sem retorno para o território. Ao contrário, gera pressão especulativa sobre as terras e amplia a falta de condições básicas de saneamento ambiental e gera pressão sobre áreas protegidas, e sobre as comunidades nativas tradicionais, quilombolas e indígenas.

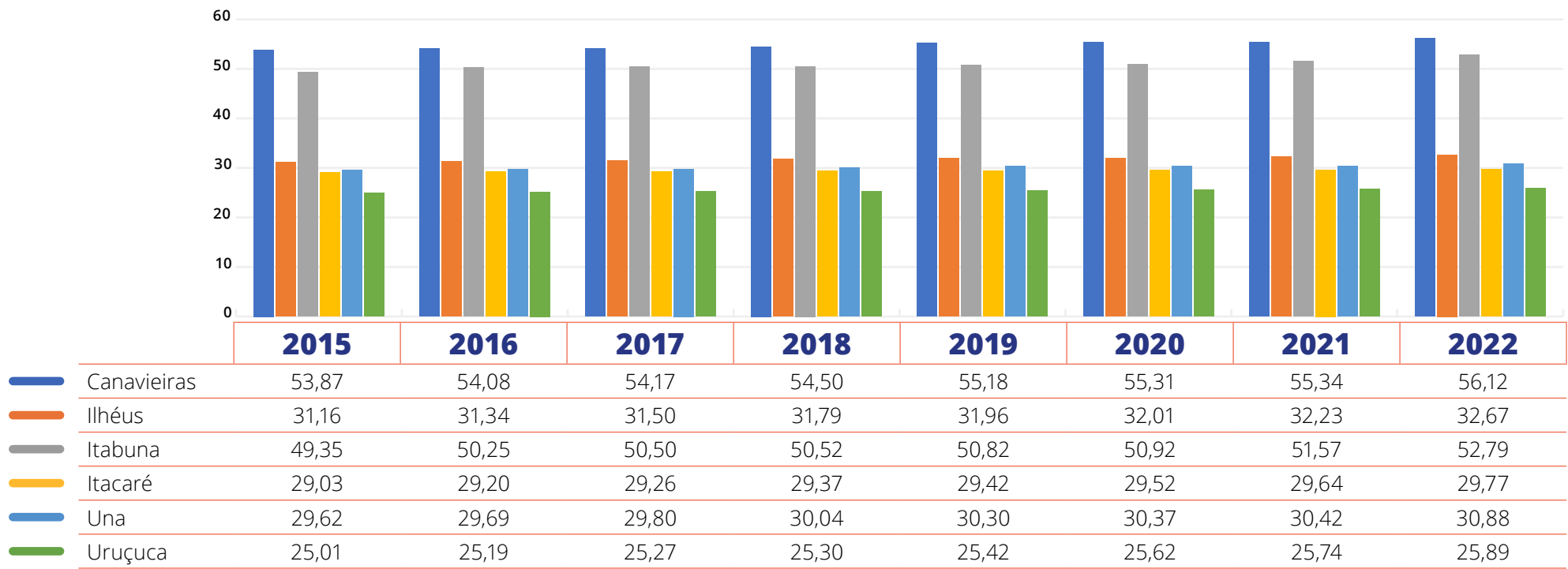
O impacto social e ambiental também pode ser reportado para o empreendimento do Porto Sul, cujos termos ainda estão em transformação, sendo pouca precisa a sua interface no território. Uma atividade positiva a ser destacada é a potencialidade do microcrédito para a produção para pequenos agricultores familiares a partir de estratégias inovadoras de crédito associado à necessidade de assistência técnica. O fácil acesso a essa modalidade de crédito e o baixo nível de inadimplência tem sido festejados, mas, denota-se que ainda é uma ação pouca espalhada no território como um todo.

DIMENSÃO AMBIENTAL

No que toca a Dimensão Ambiental, observa-se que dentre os municípios em estudo aqueles que apresentam menores índices de desmatamento (gráfico 9) são Una e Itacaré, exatamente locais que apresentam importantes parcelas das Unidades de Conservação que foram criadas neste território desde os anos 1990. De outra lado, diante da praga da vassoura de bruxa parte das terras até então

utilizadas pela cacauicultura foram transformadas em pastos, tendo sido o caso mais emblemático desse processo o município de Canavieiras. Diante da criação da Unidade de Conservação Resex Canavieiras, em 2006, as condições tem se transformando seja por iniciativas de reflorestamentos ou pagamento de serviços ambientais (MapBiomas Cacau, 2023; Chiapetti et al., 2020). Entretanto, ainda é o município em que há maior volume de desmatamento, seguido por Itabuna, como se pode ver no gráfico 9.

Gráfico 9. Percentual de área desmatada em relação à área total dos municípios (km²) da Costa do Cacau, Bahia 2015 a 2022.



Fonte: MapBiomas

O gráfico 9 corrobora essa mensagem de que as condições de baixo desmatamento e manutenção da paisagem florestal na maioria dos municípios está diretamente ligado à presença de áreas protegidas por parques⁹ e pela produção de cacau por sistema cabruca (Map-Biomas Cacau, 2023). Entretanto, há desmatamento, o que é corroborado pela taxa de desmatamento por km²/ano apresentada na tabela 10. Excetuando Itacaré e Uruçuca, que possuem boa parte de sua área em Unidades de Conservação, todos os demais municípios da Costa do Cacau ampliaram a taxa de desmatamento no lapso temporal de 2015 e 2022. Destaque novamente para Canavieiras com o maior índice, seguido por Ilhéus, Una e Itabuna.

Tabela 10. Taxa de desmatamento por km²/ano, Costa do Cacau, Bahia, 2015 e 2022.

Municípios	Taxa de desmatamento (km²/ano)	
	2015	2022
Canavieiras	2,8	10,2
Ilhéus	2,8	7
Itabuna	3,6	4,9
Itacaré	1,2	0,9
Una	0,8	5,2
Uruçuca	0,9	0,8

Fonte: MapBiomas

Por fim, o último indicador apresentado na tabela 11 evidencia a taxa de emissões líquidas de gases de efeito estufa na produção agropecuária e processos industriais para os anos 2015 e 2022. Realizando-se o cálculo a partir do Sistema de Estimativas de Gases Estufa (SEEG) destaca-se que na maioria dos municípios houve estabilidade, sem alteração frente ao ano anterior do período analisado.

Tabela 11. Taxa de Emissões líquidas de gases de efeito estufa a partir da agropecuária e processos industriais, Costa do Cacau, Bahia, 2015 e 2022.

Municípios	Emissões líquidas de Gases de Efeito Estufa (CO² equivalente) da agropecuária e processos industriais	
	2015	2022
Canavieiras	0,11	0,1
Ilhéus	0,04	0,04
Itabuna	0,05	0,07
Itacaré	0,01	0,01
Una	0,02	0,02
Uruçuca	0,01	0,01

Fonte: Observatório do Clima

9. Os parques em questão são a APA Itacaré-Serra Grande, APA Lagoa Encantada e Rio Almada, Parque Estadual da Serra do Conduru localizados em parte dos municípios de Itacaré e Uruçuca, e o Refúgio de vida silvestre de Una e a Reserva Biológica de Una, localizados no município de Una.

Em síntese, na Dimensão Ambiental destaca-se que no território Costa do Cacau o desmatamento vem crescendo, ainda que atenuado por dois fatores. O primeiro é a presença de diversos parques e áreas de amortecimento destes, criando-se um mosaico junto às áreas litorâneas onde há fragmentos da Mata Atlântica. Outro fator associado a este é o manejo da produção de cacau, principal atividade produtiva no território, que se vale do sistema de cabruca, em que as áreas florestadas são essenciais para a boa produção de cacau.

DIMENSÃO DE CAPACIDADES GOVERNAMENTAIS

O último tema é o fortalecimento das capacidades governamentais de entes subnacionais, posto que é nesse aspecto que se concentram as possibilidades de organizar políticas públicas e estratégias de planejamento voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo de forma democrática e com participação da sociedade civil. Parte da proposição de que a formação é um importante aspecto a ser levado em consideração para o fortalecimento das capacidades governamentais e é este o foco da tabela 12, que identifica o percentual de dirigentes municipais com ensino superior completo. Destaca-se que houve pequeno aumento nos percentuais dos municípios em que se possuem a informação completa. O maior aumento e que representa também o maior percentual é o município de Una, que partiu em 2015 com um percentual de 17,02% e em 2022 apresenta um percentual superior a 44%. Itabuna é o município em que a distância entre os dois anos do lapso temporal é menor, sendo que em 2015 já havia um percentual de cerca de 30% de dirigentes com ensino superior completo.

Tabela 12. **Percentual de dirigentes municipais com ensino superior completo na Administração Pública, Costa do Cacau, Bahia, 2015 e 2022.**

Municípios	Percentual de dirigentes municipais com ensino superior completo na Administração Pública	
	2015	2022
Canavieiras	s.i.	22,75
Ilhéus	26,92	37,42
Itabuna	30,37	42,7
Itacaré	19,02	38,46
Una	17,02	44,44
Uruçuca	s.i.	s.i.

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego

No caso de servidores municipais com ensino superior presentes na Administração pública municipal, tabela 13, sendo que no caso de Canavieiras e Ilhéus ainda houve um decréscimo para este quesito. O município de Uruçuca foi o que obteve maior salto de percentual entre os dois anos do lapso temporal.

Tabela 13. **Participação de servidores municipais com ensino superior completo na Administração Pública, Costa do Cacao, Bahia, 2015 e 2022.**

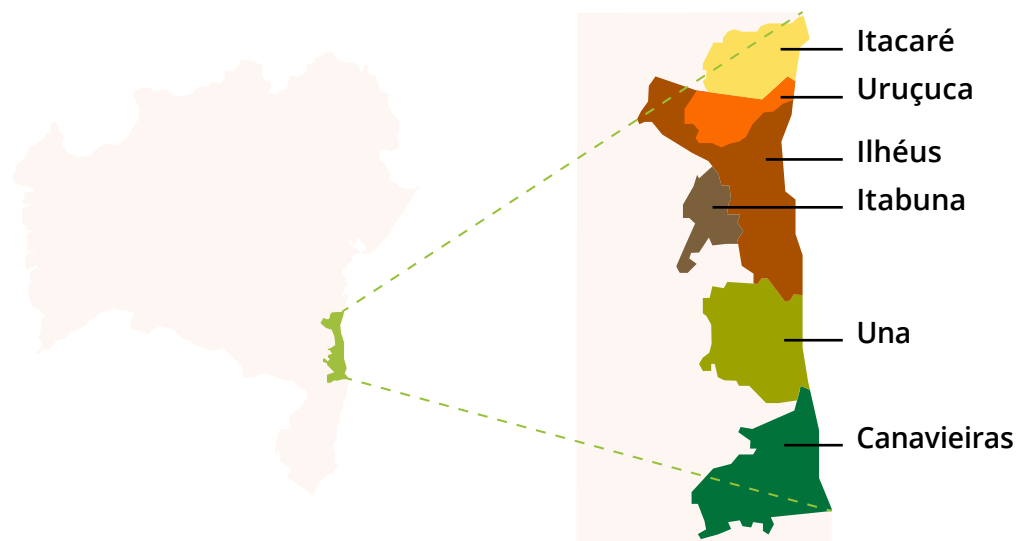
Municípios	Percentual de servidores municipais com ensino superior completo na Administração Pública	
	2015	2022
Canavieiras	21,62	16,58
Ilhéus	30,66	26,52
Itabuna	22,47	36,02
Itacaré	16,4	25,91
Una	19,79	27,99
Uruçuca	19,61	35,09

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego

O que se denota deste pequeno conjunto de indicadores sobre o Fortalecimento das capacidades governamentais é de que os municípios da Costa do Cacao necessitam de incentivos para que servidores e dirigentes se desenvolvam com novos conhecimentos e cursos universitários a favor do bem andamento e sustentabilidade do serviço público. Claro que, nessa dimensão, os indicadores são muito restritos, por indisponibilidade de dados para outros aspectos tão ou ainda mais relevantes. Analisar em profundidade o tema das capacidades institucionais locais seria fundamental para o desenho de estratégias de longo prazo, mas é algo que não se pôde fazer nos limites deste estudo.

SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DO TERRITÓRIO COSTA DO CACAU, BAHIA

Figura 2. **Mapa com municípios que compõem a Costa do Cacau.**



Fonte: www.destinocanavieiras.com.br

As heranças que marcam o desenvolvimento territorial da Costa do Cacau podem ser sintetizadas da seguinte maneira:



A produção cacaueira, historicamente envolvida no sistema agroexportador, foi se transformando de forma gradual e com diversas flutuações. Desde os anos 1970, em diálogo com a Revolução Verde houve algum aprimoramento agroindustrial, mas não que este fizesse realmente diferença na qualidade da amêndoa de cacau. A comercialização de subprodutos das amêndoas foram paulatinamente se concentrando em empresas multinacionais que, além de empregar pouca mão de obra, trouxeram pouco retorno ao desenvolvimento da região. Após a praga da vassoura de bruxa a produção caiu de forma abrupta, sem grande recuperação nas décadas posteriores, levando à crescente importação de amêndoas para a produção de chocolate, xarope e manteiga de cacau, insumos voltados mais uma vez para o mercado internacional. A produção local de cacau é prioritariamente focalizada no cacau *commodity* e no preço de comercialização do produto, com baixa de preocupação na produtividade e aprimoramento do manejo da produção e pós produção;



Em momentos críticos de realização dos negócios, a intervenção estatal – por meio de financiamentos e créditos de longo prazo e legislação favorável aos grandes empreendimentos – se manteve como a principal alternativa possível para a solução para a baixa produtividade e rentabilidade da atividade, impedindo com este modelo que propostas de modernização da produção prosperassem e fortalecessem iniciativas de fomento ao desenvolvimento territorial da região;



A forma de comercialização do cacau manteve características historicamente concentradas em três tipos de interessados: atravessadores com ação limitada no caso de logísticas de maior complexidade; armazéns que sempre envolveram o grosso da atividade com garantia de logística de transporte e comercialização, e a indústria moageira multinacional e concentrada, fim único de praticamente toda a produção que não se preocupava muito com o comércio do insumo, pois ele sempre chegava a ela. Sem alternativas, em especial para o pequeno produtor, este sempre se viu amarrado a baixos preços realizados por estes agentes que mal pagavam os custos de produção e cujo lucro era repartido desigualmente por estas instâncias citadas, sem reverberar em desenvolvimento territorial para a região;



Sob ângulo do turismo, a ampliação de equipamentos turísticos no litoral da Costa do Cacau se apresentou como atividade econômica relativamente recente, dos anos 1990

em diante, e, diante da falta de planejamento e de ação conjunta com a população local gerou impactos na infraestrutura urbana, na manutenção de recursos naturais e da paisagem, além da exclusão de populações tradicionais e suas tradições culturais. As terras de pouca importância econômica até então, mas com a característica de serem paisagens paradisíacas, foram submetidas à pressão do jogo especulativo favorecendo segregação socioeconômica e a manutenção de desigualdades históricas, sob uma nova atividade econômica que tem mantido interesses que pouco valorizam a dinâmica local, geralmente por meio de agentes exógenos ao território;



A instalação do complexo do Porto Sul e FIOOL certamente trará mudanças para a região, mas os resultados ainda não são claros e estão sob a ação do TAC junto ao Ministério Público. Após este período, com a instalação concluída possivelmente outras ações concertadas entre diversos agentes e instâncias de governo serão necessárias com vistas a fortalecer o desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável na região;



Ao lado das atividades econômicas, a proteção do meio ambiente foi motivo de pouca atenção até os meados dos anos 1990. Se por um lado houve a ampliação de áreas protegidas diante da presença de fragmentos com importante biodiversidade da Mata Atlântica, sua preservação está associada ao sistema de cabruca de plantio de cacau. Ainda são poucas as estratégias focalizadas na valorização

dos parques criados desde então. Há, em larga medida, uma submissão à lógica de supervalorização da paisagem pelo turismo, associada a ameaças ambientais de ocupação desordenada e ampliação de focos de desmatamento.

Enfim, o desenvolvimento territorial de longo prazo trouxe transformações e novas dinâmicas a esta região, mas ainda não foram rompidas as barreiras da exclusão e de reprodução das desigualdades. Antes, vem sendo reforçadas continuamente heterogeneidades internas ao território, com enclaves cada vez mais evidentes que visaram interesses geralmente exógenos. Estas características reverberam até a atualidade.

Da etapa mais recente que se desenvolve desde os meados da primeira década do século XXI até os dias atuais é possível elencar as características mencionadas a seguir.

Se observa uma certa superação da estagnação que marcou a etapa anterior. Nela despontam, de um lado, manutenção da cacauicultura com produção de cacau *commodity* e presença da indústria moageira multinacional. De outro lado, há o fortalecimento de diferentes enclaves:

a. de produção de cacau fino, premium e orgânico (5% da produção) com revalorização do sistema cabruca e implementação de sistemas agroflorestais diversificados e de experiências impulsionadas por microcrédito a partir de fundo para pequenos agricultores, cooperativas e assentamentos;

b. presença de empreendimentos turísticos estimulados por redes hoteleiras nacionais e internacionais que se localizam em áreas de paisagens valorizadas que deixam de ser de convívio social de todos. Além destas há a migração de populações exógenas ao território em busca de novas experiências e empreendimentos comerciais. Ambas as situações têm favorecido um estilo de consumo mais elitizado, valorização imobiliária e os decorrentes impactos para o custo de vida local, com aprofundamento da segregação e gentrificação em Itacaré e Serra Grande (Uruçuca);

c. menos conhecido é o impacto futuro do porto, mas há pouca chance de que isso altere esse panorama de convivência de atividades tradicionais e enclaves de dinamismo.

Esses vetores de transformação incidem sobre o conjunto do território, mas seus efeitos não são homogêneos. A tendência que se projeta é a consolidação daquilo que a literatura sobre desenvolvimento territorial classifica como uma economia de enclaves, quando há uma diferenciação interna crescente. Não raro, isso leva à ampliação de desigualdades, com a convivência, lado a lado, de ilhas com alguma prosperidade, impulsionadas pelas atividades mais dinâmicas, mas cercadas por persistentes problemas sociais, porque sua capacidade de espraiamento ou de incorporação de pessoas pela via do trabalho, com boas condições laborais, é limitada. Quando isso ocorre, há tensões entre segmentos da população, riscos de esgarçamento do tecido social, questionamentos quanto à legitimidade do estilo de organização social e econômica do território ou dos empreendimentos ali realizados.

Isso também explica porque esses vetores de transformação não têm sido suficientes para alterar substantivamente os indicadores sociais, econômicos e ambientais locais. Há melhoria em vários deles, é certo. Mas é uma melhoria lenta, com variações relevantes em muitos casos entre os municípios. Mas, principalmente não se reverte a classificação dos municípios da região na posição inferior à média ao país, como apresentado nas informações da última seção com indicadores nas dimensões sociais, econômicas e ambientais e no anexo com mapas que também focalizam essas dimensões. É um retrato que reforça a imagem de uma flagrante heterogeneidade endógena do território. Estas condições são reforçadas no âmbito das capacidades governamentais de entes subnacionais, agregadas às possibilidades de organizar políticas públicas e estratégias de planejamento voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo de forma democrática e com participação da sociedade civil. Para o caso da Costa do Cacao denota-se que, apesar das poucas informações existentes e que carecem de aprofundamento, as dificuldades de acesso a agentes públicos em campo, bem como reconhecimento de articulações governamentais intermunicipais, além de lacunas na formação dos agentes sociais ligados à ação pública, se configuram como indicativos de que parece haver distância na atualidade frente a estratégias de participação social coordenadas junto a iniciativas privadas e públicas, bem como formulação de políticas públicas antenadas ao interesse público sustentável e inclusivo.

Por fim, de tudo o que foi dito, há três temas sensíveis que precisariam ser objeto de maiores esforços, pois são decisivos diante das tendências projetadas pela trajetória apresentada. São eles:

- a.** o caráter de nicho dos vetores de dinamização econômica recentes (cacao fino, turismo e novas moradias, porto) – é preciso pensar formas de compensar seu caráter exclusivo, por exemplo por meio de arranjos econômicos que fortaleçam vínculos com outros circuitos econômicos do território e que alcancem mais segmentos da população local;
- b.** a fragilidade do poder público para fazer frente às tendências em curso – isso envolve tanto ações de fortalecimento de capacidades institucionais locais, como melhores formas de coordenação entre as ações dos setores público e privado, hoje em grande medida apartadas;
- c.** a ausência de governança territorial - o que se traduz em ausência efetiva de articulação intermunicipal ou mesmo de uma visão compartilhada sobre os problemas e sobre um horizonte desejado de futuro que não seja apenas inercial ou de mitigação dos problemas históricos locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Paulo César Bahia de; PIRES, Mônica de Moura. A região cacauera do sul do estado da Bahia, Brasil: crise e transformação. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 28 (1), 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2019000100192 Acesso em abril de 2025.

ARAPYAU. Cadeia cacauera inicia estruturação da segunda fase do Plano Inova Cacau 2030, 03.06.2024. Disponível em: <https://arapyau.org.br/cadeia-cacauera-inicia-estruturacao-da-segunda-fase-do-plano-inova-cacau-2030/> Acesso em abril de 2025.

BAHIA. INEMA – Plano de Manejo da APA Itacaré – Serra Grande – Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Gestão, 1998. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-de-manejo-sintese-Itacare.pdf> Acesso em abril de 2025.

BAIARDI, Amílcar e TEIXEIRA, Francisco. O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a Rota da Sustentabi-

lidade, Perspectivas e Vicissitudes. Relatório de Consultoria Instituto Arapyaú, Salvador, 2010. 70p.

BISPO, Lorena Grasielle Silva; PIRES, Mônica de Moura; SILVA, Felipe Deodato da Silva e; GOMES, Andréa da Silva. A produção de cacau na Bahia: da escala global à local. Revista Políticas Públicas & Cidades, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e1616, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1616> Acesso em abril de 2025.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal -1974-2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas> Acesso em abril de 2025.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Relatório da Iniciativa: Projeto 500 – Inovações no Sistema de Produção de Cacau para Alta Produtividade, Ceplac, 2019. Disponível em: [Relatorio_da_Iniciativa___Projeto_500___Inovacoes_no_Sistema_de_](#)

Producao_de_Cacau_para_alta_produtividade___Premio_ceres_2019___3._lu (1).pdf Acesso em abril de 2025.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Inova 2030, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/inova-cacau-2030/inova-cacau-2030.pdf> acesso em abril de 2025.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Projetos de Reforma Agrária segundo fase de implementação, INCRA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> Acesso em abril de 2025.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos> Acesso em abril de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação – INEP, Resumo Técnico, Censo Escolar, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em julho de 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. SISMAPA – Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro, 2022. Disponível em: <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6114ffd5-73b7-4bd6-9361-f3c1e68ed6d2/sheet/f71aeaf1-96bc-4444-aba7-54686b328f12/state/analysis> Acesso em abril de 2025.

CENTRO de Inovação do Cacau. Disponível em: <https://cic.pctsul.org/> Acesso em abril de 2025.

CHIAPETTI, Jorge. O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/16b3bcd9-1c8d-42e0-9e1f-e2c568e5853b> Acesso em abril de 2025.

CHIAPETTI, J.; ROCHA, R.; CONCEIÇÃO, A. (Org.). Panorama da cacaucultura no território litoral sul da Bahia (2015-2019). Instituto Floresta Viva: Ilhéus, 2020. Disponível em: <https://worldcocoafoundation.org/storage/files/panorama-da-cacaucultura-tilsb-versao-final-web.pdf> Acesso em abril de 2025.

COSTA, R.; FAVARETO, A. Desenvolvimento regional revisitado: uma análise de indicadores econômicos, sociais e ambientais no estado de São Paulo no início do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 25(1), 2023.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. Os coronéis do cacau. Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus, 1890 -1930. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia Salvador, Bahia, 1983.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. Tese apresentada ao Programa de Pós

Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. link: <https://doi.org/10.11606/T.90.2006.tde-24042008-113514> Acesso em abril de 2025.

FERREIRA, Paula Fabianne Marques. Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré – BA. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/840516> Acesso em abril de 2025.

GONTIJO, Frederico José Cardoso. A cadeia produtiva do cacau brasileiro sob a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6165/1/Artigo%20ENAP%20Frederico%20J%20C%20Gontijo.pdf> Acesso em maio de 2025.

INSTITUTO NOSSA ILHÉUS, FAQ Porto Sul, 2019. Disponível em: <https://nossailheus.org.br/faq-porto-sul/> acesso em abril de 2025.

JESUS, Jaqueline Souza de. Relações étnicas, migrações e eugenia: identidade e território em Serra Grande/BA. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié, 2021. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2021/12/Disserta%20a7%20a3o-Jaqueline-Souza-de-Jesus-PPGREG-ok.pdf>. Acesso em abril de 2025.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro; GOMES, Andrea da Silva. Assentamentos rurais e a estrutura fundiária na região cacaueira da Bahia. Re-

vista Brasileira de Administração Política, periódico da UFBA, Salvador, v. 5, n. 1, p. 29-46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15561/10680> Acesso em abril de 2025.

MAPBIOMAS Cacau. Mapeamento do Cultivo Sombreado de Cacau no Sul da Bahia, julho/2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/relat_mapbiomas_cacau_83mun_final.pdf. Acesso em abril de 2025.

MELIANI, Paulo Fernando. Contradições da produção do turismo em pequenas cidades baianas: um estudo sobre a recente urbanização de Itacaré, litoral sul da Bahia (2011). IV Simpósio Cidades médias e pequenas da Bahia. Disponível em: Contradições da produção do turismo em pequenas cidades baianas: um estudo sobre a recente urbanização de Itacaré, litoral sul da Bahia (2011). Acesso em abril de 2025.

MENEZES, Albene Miriam. Utopia, imigração e a colônia alemã de Una, Bahia no contexto histórico. Textos de História. Revista de Pós graduação da Universidade Nacional de Brasília, Brasília, vol. 16, nº 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28021> Acesso em abril de 2025.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. Enclaves de urbanidade: a atuação do mercado imobiliário na recente ocupação da Rodovia BA-001, trecho Ilhéus Olivença. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 33, e. 21903, 2018.

NOIA, A.; MIDDLEJ, M. M. B. C. e ROMANO, J. O. A cacauicultura na região Sul da Bahia: trajetória, crises e perspectivas. In: GOMES, Andréa da

Silva; PIRES, Mônica de Moura. Cacaucultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. Ilhéus: Editus, 2015. Disponível em: <https://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2018/cacaucultura.pdf> Acesso em abril de 2025.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Experiências agrícolas na Bahia do século XVIII. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, agosto de 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/idelma-aparecida-ferreira-novais.pdf> Acesso em abril de 2025.

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do município de Itacaré – Bahia, 2008. Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em Cultura e Turismo, à Universidade Estadual de Santa Cruz e à Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, BA, UESC, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/mck-JXvcrgKvy8WYjfjBCQQB/> Acesso em abril de 2025.

PEREIRA, Geusa da Purificação; OLIVEIRA, Marcelo Lela Romarco; COSTA, Bianca Aparecida Lima. Mobilização e atuação das populações tradicionais na criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras – BA (Brasil). Revista Espacios, Caracas (Venezuela), vol.38, nº 41, 2017. <https://www.revistaespacios.com/a17v38n41/17384113.html> Acesso em abril de 2025.

RODRIGUES, Éder Romagna. As interações urbanas pelo turismo: uma análise da evolução espacial da rede urbana do turismo no litoral da Bahia entre 1970 à 2000. Tese apresentada ao Núcleo de

Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito previsto para obtenção do título de Doutorado. São Cristóvão, Sergipe, 291p. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/619837292.pdf> Acesso em abril de 2025.

ROMERO, João P, et al. Economic complexity and regional economic development: evidence from Brazil, Diamantina (MG) 2022 ANPEC. Disponível em https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2022/D19_198.pdf Acesso em junho de 2025

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. A baía do pontal – Ilhéus: relações do porto com a cidade (1911-1971). Revista Crítica Histórica, Ano VII, nº 13, junho/2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2993> Acesso em abril de 2025.

SANTOS, M. S; AVILA, M. A. planejamento participativo: uma análise do turismo de Uruçuca (BA) a partir da ótica dos residentes. Caderno Virtual de Turismo. rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 30-45, abr. 2017. Disponível em: [Planejamento participativo_análise do turismo em Uruçuca a partir da ótica dos residentes_2017.pdf](#) Acesso em abril de 2025.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Análise Estratégica Setorial - Cacau do Sul da Bahia. Instituto Arapyau. 2019. Disponível em: https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICA%C3%87%C3%83O_SEBRAE_BA_estudo-de-mercados-para-o-cacau.pdf Acesso em abril de 2025.

SCHEJTMAN, Alexander e BERDEGUÉ, Julio A. Rural Territorial Development. Documento de Trabajo N° 4. Programa Dinámicas Territo-

riales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile, 2004. Link: https://rimisp.org/wp-content/files_mf/137167047913663830272004_schejtman_berdegue_rural_territorial_development.pdf. Acesso em maio de 2025.

SILVERA, lacy Pissolato. (Eco)logias do cuidado: Saúde, natureza, e sociabilidade em Serra Grande, Uruçuca – BA, 2020. Doutorado do Programa de pós-graduação em Antropologia - Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32071/1/\(ECO\)LOGIAS%20DO%20CUIDADO%20-%20Saude,%20Natureza%20e%20sociabilidade%20em%20Serra%20Grande%20,%20Uru%C3%A7uca%20-%20BA.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32071/1/(ECO)LOGIAS%20DO%20CUIDADO%20-%20Saude,%20Natureza%20e%20sociabilidade%20em%20Serra%20Grande%20,%20Uru%C3%A7uca%20-%20BA.pdf) Acesso em abril de 2025.

TABÔA Fortalecimento Comunitário. Disponível em: <https://www.ta-boa.org.br/> Acesso em abril de 2025.

_____. CRA SUSTENTÁVEL NA MATA ATLÂNTICA Relatório Anual de Uso dos Recursos, Resultados e Impactos_ 2021, Serra Grande, 2022. Disponível em: [Relatorio_CRASustentavel_Digital_Compacto.pdf](#) Acesso em abril de 2025.

_____. RELATÓRIO DE PESQUISA Mapeamento de Migrantes em Serra Grande Uruçuca | Bahia | Brasil, 2023. Disponível em: taboa.org.br/images/Taboa_Mapeamento_Ampliado_VF.pdf Acessível em abril de 2025.

VALENCIA, S. C. et al. Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 2019, v. 11(1), p.4–23. Link: <https://doi.org/10.1080/19463138.2019.1573172> Acesso em maio de 2025.

VEIGA, José Eli. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *ESTUDOS AVANÇADOS* vol.15 (43), 2001. Link: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jH5FJCNrpWJqdtSwjPFQLDH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em maio de 2025.

WAACK, Roberto; FERRAZ, Thais; GOMES, Ricardo; WEISS, Renata Loew; AHMAR, Vinícius. Estudo de caso sobre produção sustentável no Sul da Bahia – Brasil, Instituto Arapyau, s.d. Disponível em: <https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2022/12/caso-cacau-port-02dez22.pdf> Acesso em abril de 2025.

XAVIER, Laís Boto; NASCIMENTO JR; Francisco das Chagas do; CHIA-PETTI, Jorge. Da crise regional às novas dinâmicas de especialização da produção de cacau no Sul da Bahia. *Caminhos de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais*. Volume 22(79) p. 77-96, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhos-degeografia/article/view/53461> Acesso em abril de 2025.

ZUGAIB, Antonio Cesar Costa. A bioeconomia circular como estratégia para agregação de valor à cacauicultura brasileira. *Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus. Agrotropica* 35(1): 21-52. 2023. Disponível em: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/2027> Acesso em abril de 2025.

SITES CONSULTADOS

Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> Acesso em junho de 2025.

Agência Nacional de Telecomunicações/ Ministério de Comunicações- <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/conectividade-nas-escolas> Acesso em junho de 2025.

Ministério das Cidades - Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis> Acesso em junho de 2025.

Ministério da Saúde/ DataSUS - <https://datasus.saude.gov.br/> Acesso em junho de 2025.

Ministério de Desenvolvimento Social/ Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único - <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SAGICAD> Acesso em junho de 2025. Ministério de Desenvolvimento Social/ Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro Único.

Ministério de Trabalho e Emprego/RAIS www.rais.gov.br/sitio/index.jsf Acesso em junho de 2025.

MapBiomas <https://brasil.mapbiomas.org/#> Acesso em junho de 2025.

Observatório do Clima - www.oc.eco.br/ Acesso em junho de 2025.

Plataforma Dataviva/CEDEPLAR - UFMG - <https://www.dataviva.info/pt/> Acesso em junho de 2025.





arapyau.org.br

